



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro – 7MAR2025
N.º 42/2021-2025

Data: 7 de março de 2025 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Tróia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Domingos Manuel Ferreira Vilarinho, e Sónia Alexandra Fernandes Gomes.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos: Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento do Partido Social Democrata: Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Pedro Miguel Cristo Graça e Manuel Carlos Vieira substitui Cláudia Cristina Fernandes Reigota.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído por Ana Carla Pereira Cruz.

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel Rocha da Silva substituído por José Augusto Carapelho.

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ordem do Dia:

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2024". Ato deliberativo: apreciação;

Ponto 2. **“Demonstração do Desempenho Orçamental e da 1.ª Revisão (alteração modificativa) para integração do Saldo de gerência de 2024**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 3. **"Projeto de Regulamento de Funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 4. **"Conceção do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na praia da Costa Nova do Prado"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 5. **"Alteração de implantação e traçado de caminho público municipal"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 6. **"Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 7. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2025"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 8. **"Relatórios de Execução relativos aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (2024)"**. Ato deliberativo: conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau Esteves:

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Antes de recomeçarmos a ordem do dia, o Sr. Presidente pede uma interpelação à Mesa. Sr. Presidente, por favor.»

INTERPELAÇÃO À MESA

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado Sr. Presidente. Muito boa noite a todos cumprimentando o nosso Presidente da Assembleia, todos os representantes da Assembleia Municipal, o público que nos ouve lá em casa, a comunicação social.

Gostaria só dar uma satisfação em nome do bom trabalho que os técnicos municipais fazem para que os processos, não só administrativos, mas também de responsabilidade desta Câmara que contratualiza com esses técnicos também este serviço que tivemos aqui dois problemas em 2 sessões e que pedimos esclarecimentos no dia 3, por volta das 2 da tarde, no sentido de perceber o que é que estava a tramitar-se de forma incorreta para que o Facebook não tivesse a satisfazer as necessidades desta Assembleia. O Facebook, como sabem, é uma rede autónoma que nada tem a ver com connosco e, portanto, da nossa parte, foi feita a interpelação à empresa, portanto, que é responsável o Sr. Bernardo Limas, o qual penso que também já enviou para o Sr. Presidente da Assembleia essa resposta, mas não sei se a Assembleia tem conhecimento deste assunto e, portanto, queria só transmitir algumas das informações que estão aqui e que são importantes para que nós percebamos alguns dos processos que se passam na Assembleia.

“Antes de mais obrigado por toda a ajuda sempre prestada, quer na resolução da velocidade de Internet para as transmissões, quer no apoio que deu aos meus colegas na sexta-feira que estavam aqui 2 técnicos. No dia 21 de Fevereiro efetivamente tivemos um problema com a velocidade da Internet, que foi resolvido em 5 minutos, fomos buscar o sinal da rede à fonte, anulando o wireless que estava a servir o salão nobre dos passos do Concelho. Já no dia 28

não tivemos problema de Internet, o sinal estava a chegar-nos com 90 mbps de download e no que importa para o Serviço 90 Mbps de upload. Adicionalmente, o Luís disponibilizou-nos mais 2 soluções para a Internet, pelo que estou em crer que a Internet não foi interrompida nesse dia, a única questão que poderíamos ter relacionada com a Internet seria alguma firewall ativada ou outra coisa qualquer do género. Mas, como já conversámos os dois via telemóvel também não terá sido esse o problema. Efetivamente, do nosso lado, depois de correr vários testes, não consigo sinalizar nenhum problema. Aliás, no mesmo dia, com um sistema em tudo semelhante ao utilizado na Assembleia Municipal de Ílhavo estivemos a fazer uma outra transmissão onde não tivemos qualquer problema. Como pode ver pelos prints que seguem em anexo, por algum motivo que ainda não consegui descortinar, na página do Facebook da Assembleia Municipal de Ílhavo não estava a aceitar o sinal que estávamos a enviar, repare que o problema nunca poderia ser do software, porque tentamos enviar por 3 softwares diferentes o Vmix, cuja licença é paga anualmente, o streamyard cuja licença também pagamos anualmente e o OBS que é um software de livre uso para qualquer pessoa. Como é que tudo isto funciona? O processo é muito simples, o Facebook disponibiliza URL e uma stream key para cada transmissão. Esse URL e stream key são inseridos como custom RTP MP nos softwares e a partir daí, são a nossa porta de entrada para transmitir no Facebook. O processo é exatamente igual no YouTube, o que nos parece é que alguma coisa, que não sabemos o quê, estava a anular a chegada de sinal ao Facebook. Se existisse algum problema do nosso lado, o sinal jamais poderia chegar ao YouTube porque o processo é exatamente o mesmo. Aliás, no mesmo dia, a equipa enviou um sinal de softwares Vmix e streamuart para outra página do Facebook e o sinal funcionou sem qualquer problema. Já hoje fiz um teste para o Facebook - portanto estamos aqui no dia 3, houve uma comunicação desta Assembleia há 6 dias atrás sobre esta questão - e, portanto, com as credenciais geradas pela página da Assembleia Municipal e tudo correu na perfeição. Terei todo o gosto em realizar os testes na sua presença, na presença do Sr. Presidente e do Presidente da Assembleia Municipal. Deleguei isto nos técnicos municipais para constatar isso. Não obstante, já fiz reclamações juntas do Facebook, com os logfiles e os screenshots. Fiz um pedido de esclarecimentos ao suporte dos diferentes softwares. Foi a primeira vez em 10 anos de transmissão, que tal nos aconteceu. A minha sugestão é mudar a password de acesso ao Gmail da Assembleia Municipal de Ílhavo e considerar o Facebook do município para ter um backup na transmissão de dia 7 de Março. Queremos, como sempre que tudo corra pelo melhor e por isso em vez de desculpem de 2 câmaras adjudicadas, temos ao serviço da Assembleia Municipal, 4 câmaras. Criámos um sistema de grafismo de raiz e personalizado para a AMI. Fazemos backups das gravações em 3 locais diferentes. Estivemos a equilibrar todo o sistema de som no salão nobre, se repararem agora já não faz ruídos porque estive cuidadosamente durante uma tarde a trabalhar. “

Acho que esta parte é uma parte muito própria e penso que tanto eu como o Sr. Presidente da Assembleia entendemos a justificação do fornecedor. Também gostava de frisar ainda, que durante as segundas jornadas do poder local e faz também uma explanação sobre isso e, portanto, mostra no último parágrafo da “nossa parte, enquanto empresa e da minha parte enquanto cidadão, fiquem a contar com todos os esforços para que as transmissões voltem a ser brilhantes, como foram até encerrar o dia 21 de Fevereiro” e, portanto, deixava esta nota também do trabalho que foi feito pela Câmara Municipal para que os serviços corram da melhor forma, eu tive acesso a este e-mail no dia 3 do 3, às 16 e 31. Acabei por o abrir só 2 dias depois. Portanto, deixo esta satisfação para o Sr. Presidente da Assembleia para todos os membros da Assembleia, para quem nos ouve lá em casa, para quem se deslocou à Assembleia que tivemos que interromper e não aconteceu e, portanto, todas as condições estavam reunidas para que tivéssemos sucesso nos resultados que os nossos fornecedores nos oferecem e que queremos prestar à nossa Comunidade sempre um bom serviço. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, a Mesa também esteve em contacto com o prestador e, portanto, também teve acesso a toda esta informação hoje, portanto, não houve a possibilidade de reencaminhar esta informação aos nossos líderes, mas caso pretendam nós poderemos fazê-lo.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Muito boa noite a todos. A nossa interpelação vai no sentido de não nos afastarmos da declaração e da comunicação que foi feita por esta Assembleia na passada semana, pois saímos daqui, na última sexta-feira, convictos de que o problema nada tinha a ver com a

infraestrutura atual, a infraestrutura Instalada nem havia qualquer responsabilidade do executivo mas sim um assunto externo e muito nos espanta que tenha saído o comunicado no teor em que saiu. Não podemos estar solidários com esse comunicado, uma vez que quem tem a responsabilidade em que se deixou em redar num Regimento que não lhe permite ter esta abertura, fomos nós, foi a Assembleia Municipal, que se deixou enredar nisto, por isso não devemos, não podemos apresentar ou desculpar-nos com putativas falhas de outros órgãos. É este o meu lamento, é de que se tenha feito um comunicado que tenta passar a responsabilidade para outros que não aqueles que na realidade a têm. Muito obrigado. »

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Deputado, não sei, querem que eu leia o comunicado para ver se eu estou a imputar responsabilidades a outra entidade? Por amor de Deus. Mas eu vou ler, até porque as pessoas que estão em casa e que estão aqui.

Então se me permite que eu estive calado enquanto o Sr. deputado esteve a intervir e, portanto, peço também que esteja agora em silêncio.

A Assembleia Municipal de Ílhavo reforça o compromisso com transparência e melhoria das transmissões. A Assembleia Municipal de Ílhavo lamenta mais uma vez os problemas registados na transmissão da segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro nas redes sociais da Assembleia.

Após as dificuldades verificadas na primeira reunião, o Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo tomou a iniciativa de contactar o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo para garantir que as condições necessárias tivessem asseguradas e evitar a repetição destes problemas. No entanto, esse contacto não obteve qualquer resposta. Diante desta situação, a Assembleia Municipal de Ílhavo volta a solicitar à entidade contratante, a Câmara Municipal de Ílhavo, de que tome as medidas e procedimentos necessários para que estas dificuldades sejam definitivamente ultrapassadas. O objetivo é assegurar que no próximo dia 7 de Março a Assembleia não se veja mais uma vez obrigada a suspender os trabalhos e a adiar a realização da reunião com todas as implicações que isso acarreta.

A Mesa da Assembleia Municipal reitera o seu compromisso com a transparência e a participação dos cidadãos, estando disponível para trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para garantir que as transmissões decorram sem falhas e que todos os munícipes possam continuar a acompanhar os debates e decisões que impactam a nossa sociedade, a nossa Comunidade, peço desculpa. Agradecemos a compreensão de todos e reforçamos o nosso empenho em assegurar um serviço de qualidade.

Portanto, eu não sei onde é que neste texto, acho que a mesa da Assembleia ou a Assembleia Municipal está a imputar responsabilidades. A única situação aqui foi que eu entrei em contacto com o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Câmara pode confirmar que não respondeu. Portanto, é só isso que eu estou a reportar. Está bem, muito bem.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente, se me dá licença. Lamento muito até hoje não poder ter lido o contacto, se foi por mail ou se o foi por outra via, respeitando as suas palavras e o que está a dizer. Esta Câmara fará tudo escrupulosamente tudo, para que os seus fornecedores prestem serviço e não é um órgão deliberativo que vem intervir sobre essa matéria, quando o órgão executivo, o órgão contraente, como disse e bem, contratante, peço desculpa, pode intervir com o contraente. Dia 21, correu tudo bem. Tivemos o problema dia 28. O Sr. transmite isso no dia 1 publicamente. Não faço questão de dizer mais nada sobre essa matéria. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Presidente, eu acho que era importante, era o Sr. Presidente responder ao Presidente da Assembleia Municipal e não o fez e, portanto, o Sr. não respondeu, eu tive que justificar o que aconteceu perante a todos os que nos seguem e aos deputados. E, portanto, foi da forma que a Mesa entendeu proceder. Foi esta, transparente. Eu não sei onde é que estão a ver fantasmas ou onde eu estou a implicar este ou aquele. Não, não, isto é um report daquilo que aconteceu e portanto, com tranquilidade nós o postamos e acho que foi esclarecedor porque de todas as pessoas que seguem a nossa Assembleia Municipal ninguém levantou questão nenhuma. Portanto, Sr. Presidente, quer usar a palavra?»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente, claro que sim, com esta vontade toda de fazer o bem e não de olhar para o lado do mal. Aquilo que lhe posso dizer é que a pessoa que representou o Sr. Presidente na última Assembleia teve ao corrente durante 20 minutos, todas as diligências e mais algumas

que foram necessárias para resolver o problema. Tomou as decisões, acatámos todos as decisões. Está o problema neste momento, julgou que sanado pela empresa que está a prestar o serviço. É só isso que me cabe a mim de responsabilidade, não me cabe responder a mais nada. Muito Obrigado.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:

«Sr. Presidente, pois como é claro e evidente, eu assisti a tudo e eu também não vejo neste comunicado nada que esteja a imputar culpa ou dolo ou negligência por parte da Câmara Municipal. Se Vossa Excelência entende que é assim, na minha perspetiva, entende mal. Muito obrigado.»

Ordem do Dia:

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2024".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem. Vamos então iniciar os trabalhos do período da ordem do dia e vamos começar pelo ponto 1, Comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal de a de Novembro a 31 de Dezembro de 2024 e começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Obrigado, Sr. Presidente. Eu já não sei muito bem que ponto é que fiquei no último dia porque já ia aqui com mais de 5 minutos de explicação. Depois percebi que teríamos que voltar atrás. Eu penso que este documento, que tem 190 páginas, poderá ter novas interpretações também dos Sr.es deputados municipais. Aquilo que nós constatamos neste documento é uma visualização também do trabalho anual da Câmara e daquilo que são as respostas também dentro da atividade que vamos fazendo e que vamos apresentando aos nossos munícipes, vendo aqui em destaque aquilo que foram os loteamentos e as bancas e as lojas que se resolveu um problema com alguns anos no mercado da Costa nova e, portanto, está sanado, está ultrapassado esse problema. A relativa a influência daquilo que é o PRR nas contas públicas com os fechos do ano e também aquilo que fomos referindo dentro daquilo que foi as atividades todas, o somatório das atividades, que realmente analisando um gráfico que está na página 25, nos diz que há uma diminuição registada no capítulo dos impostos diretos, que está relacionada com menor arrecadação de receita bruta de impostos, exceto o IUC, que tem aqui uma diferença de 24000 euros face ao ano de 2023. Todos os outros tiveram um decréscimo que estava programado por nós e sabíamos disso. Também aquilo que são as transferências de valores correntes e das competências que assumiu esta Câmara na área da educação, da ação social e da saúde na base na descentralização também. Um valor que chega aqui a perto dos quase 5 milhões de euros e, portanto, que se também se pode ler aqui. Os problemas que tivemos também relacionados com as obras que queremos fazer e da melhor forma e que também os nossos prestadores de serviços têm alguns problemas e temos algum recato sobre isso. Mas na página 27 temos a informação daquilo que é o problema que já foi aqui levantado sobre o pavilhão capitão Adriano Nordeste com uma explicação desse mesmo trabalho e também este executivo na sua página 29 diz que, com a devida prudência e adotando as medidas que se mostram indispensáveis e que sejam flexíveis e eficientes para procurar acompanhar o ritmo das alterações, com o objetivo de atenuar o impacto da volatilidade que os mercados demonstram depois de fazermos também aqui uma resenha daquilo que são as receitas que recorrentes e as receitas de capital desta Câmara.

Paralelamente a isso, queria dar os parabéns por todo o trabalho dos vereadores desta Câmara dentro dos seus pelouros. Aquilo que são as atividades do Natal que chegaram na sua festa de Natal a mais de 2600 crianças, como é relatado no próprio documento, no documento que estamos a analisar. A arrecadação de fundos comunitários com os recordes que toda a gente conhece, Na DOIA, na parte da divisão de obras e investimentos e ambiente, aquilo que são mais de 11 empreitadas que estão aí relatar, mais de 12 projetos, incluindo já um projeto novo para a Gafanha da Encarnação, a apresentação da escola do primeiro ciclo da Gafanha da Encarnação norte. Obras adjudicadas, oito, e procedimentos de contratação pública, nove, e paralelamente a isso, também na área da divisão de gestão, mas nos nossos serviços municipalizados temos projetos e obras em curso, dezassete, obras adjudicadas,

duas, obras concluídas, três e outros procedimentos a decorrer, sete, e também aquilo que temos, também como informação nesses processos de contratação pública, aquilo que são 2 sistemas do workout que iremos colocar no nosso município. Mais um equipamento para a nossa logística, uma pá Carregadora, mais 2 viaturas elétricas e 2 viaturas também que irão estar ao serviço dos nossos jardineiros para substituir viaturas que estão muito perto do final de vida. Uma nota muito especial também do trabalho feito pela equipa, aquilo que é o projeto da kaizen que está instalado aqui e que se pode ver na página 127 e que já começa a aparecer aqui, os resultados desse trabalho, mostrando aquilo que é feito nos espaços verdes, nos espaços públicos, nos equipamentos e que muito elevam o trabalho de uma equipa que se tem estado a ser sensibilizada para uma mudança de atitude e para uma evolução contínua dos seus conhecimentos e produção de novos resultados. Também no CROACI, de elevar também o trabalho dos animais recolhidos e capturados na via pública, que foram 80 no total, e animais entregues por este CROACI, um; animais reclamados e levantados por detentor, 11; animais adotados, 74; Animais entregues ao setor de alojamento do CROACI não houve; animais sujeitos à excisão 8; animais esterilizados, CROACI e adotantes do voucher também 150 no total do ano passado. Felídios intervencionados no âmbito do programa CEDE - captura, esterilização e devolução 172. Se houver algumas questões, o Sr. vereador irá explicar. E também na área de que muito nos diz e parabéns, Sra vereadora por este trabalho que tem vindo a fazer também das 521 ações que houve dentro da área da cultura. Trouxeram quase 90.000 pessoas a assistirem a esses programas e deixar a nota também que no Natal visitámos novamente 45 pessoas. Num Natal, que é de todos, num Natal que comemorámos com todos e a campanha do Natal Mais Local, que teve 46 locais aderentes com vouchers de 5 €. Para finalizar, não queria deixar de referir também à abertura da sala de estar na Gafanha da Encarnação que regista neste momento mais procura do que a oferta que nós tínhamos mais ou menos estudado, mas que neste momento é deficitária a nossa oferta Naquilo que temos vindo a registar, naquilo que são as comunicações, a comunicação pro exterior e ainda numa primeira parte deste documento que vos chegou, vê-se os registos também da comunicação da Câmara, que chegam a atingir 12 milhões de euros de resultados dado pela empresa Cision e também aquilo que nós temos de visitas no nosso Museu Marítimo de Ílhavo 78.000 visitantes que chegaram até nós e viveram as experiências que nós temos aqui para ofertar.

Também no 23 Milhas, os espetáculos foram 124 e tivemos quase 17.500 pessoas a passar por esses espetáculos. No núcleo de eventos de ressalvar, neste período de análise, também aquilo que foram os 6 eventos no Natal, que contou com a participação da nossa cedência, da cedência por parte da diocese, portanto, dos parques locais, dos espaços das nossas igrejas, em que tivemos 6 eventos e quase 550 pessoas a participar.

E depois também aquilo que tem sido uma aposta, que tem vindo a definir-se cada vez mais no nosso território e que é uma aposta de uma equipa que tem a ver com o turismo em que temos aqui 14.427 pessoas que chegam às nossas lojas de turismo das quais 2/3 são estrangeiros, ou seja, 4.827 são portugueses 4600 são estrangeiros, independentemente daquilo que possam ser outros resultados, estes resultados são satisfatórios, pois vamos continuar a evoluir e a progredir no trabalho que temos vindo a realizar nesta Câmara Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente, e é tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou então abrir as inscrições para a primeira ronda de intervenções. Intervenções essas que será primeiro o PS, depois o Unir, depois o PSD e por fim o Chega. E eu pergunto do PS se existe alguma inscrição? Luís Leitão. O Deputado Pedro Martins. Do Unir Para Fazer? O Deputado Rui Rufino. Do Partido Social Democrata? O deputado André Guimarães, a deputada Sara Fernandes e o deputado Flor Agostinho. Do Chega? Prescinde.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Boa noite a todos Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr.es Vereadores, caros companheiros, público aqui presente, a quem nos ouve lá em casa. Boa noite a todos. Não gostaria de começar a minha intervenção sem mandar um abraço ao José Arvins, que infelizmente hoje perdeu a sua esposa e, portanto, as ligações a um colega que, embora que circunstancialmente aqui, mas a um companheiro de muitos anos, envio-lhe o meu abraço, que seguramente partilhado por todos vós. Posto isto, gostava de assinalar que este dia também não deixa de ser um dia interessante, porque é a primeira vez desde que o Sr. Presidente da Câmara está em exercício que nos apresenta com tanto afinco, a

atividade municipal não deixa de ser salutar, tomei e registei com essa mudança de atitude, que respeita particularmente a sua própria atividade, e gostava que levasse em conta as nossas recomendações de outros tempos ou das outras, todas assembleias em que dentro do possível, seria interessante podermos intervir sobre aquilo que é mais recente e não estarmos a falar já com quase 3 meses de distância sobre algumas iniciativas. E, portanto, querendo partilhar esse empenho eu hoje também vim falar sobre a atividade municipal, quando normalmente não participo neste ponto e talvez por distração, não me apercebi dos eventos em que participou e gostava de falar sobre ele precisamente por ser um evento diferente e que achei que merecia aqui uma nota adicional, tem que estar relacionado com a visita oficial a Parati para participar no festival gastronómico. O Acordo de Amizade entre o município e Parati mantém-se desde o ano de 2000, reforçando com a visita da Câmara o interesse em estreitar laços na área da cultura, gastronomia e turismo. E assim Sr. Presidente, a geminação entre Ílhavo e Parati, que representa um compromisso institucional que vai além do simples simbolismo, trata-se de um instrumento de cooperação estratégica que visa promover a cultura, o turismo, a economia, de ambos os territórios ou pelo menos assim, é o espírito. Por isso mesmo, é que é fundamental que as ações desenvolvidas no âmbito desta parceria sejam conduzidas com a máxima seriedade, transparência e respeito pela estrutura autárquica e pelas competências dos seus eleitos. Se assim não for, não vale a pena fazer parcerias ou geminações, se assim quiserem. Neste contexto, surpreende-me a escolha da representação oficial da Câmara Municipal de Ílhavo nesta deslocação constatando-se que os pelouros diretamente relacionados com os mesmos abordados nesta visita - a cultura, o turismo, a gastronomia são da responsabilidade da vereadora Mariana Ramos, não compreendo então, a ausência da mesma na comitiva oficial. Em seu lugar acompanhou o adjunto do Sr. Presidente, figura que, por definição desempenha um papel de assessoria, apoio ao executivo, em particular ao Presidente e às funções por ele assumidas, mas que não detém competências formais para a tomada de decisões ou representação nestas áreas específicas. Sei também que se estivermos atentos àquilo que é comum ou que era comum no passado, não foi também diferente por parte da vereação do PSD, quando no mandato do engenheiro Caçoilo efetuou uma viagem similar, digamos assim. No momento em que se levantam tantas legítimas questões sobre a pertinência, a ética, a envolvimento das deslocações institucionais, importa que estas, no meu ver, sejam justificadas não apenas pela sua intenção, mas também pela representatividade de quem nelas participa. Assim sendo, a ausência da vereadora Mariana Ramos desvaloriza a importância da geminação ao afastar da discussão e das decisões, quem no seio do executivo tem responsabilidades diretas sobre estas matérias. Assim, pergunto, Sr. Presidente, por que razão se optou por excluir da representação oficial a vereadora com os pelouros relevantes para esta parceria? Pergunto também que critérios foram utilizados para justificar a presença do seu adjunto em detrimento da responsável política da cultura e da gastronomia e de que forma esta opção contribui para o fortalecimento da relação entre Ílhavo e Parati? Reforçar e dignificar estas parcerias significa respeitar as competências estabelecidas e garantir que as decisões sejam tomadas pelos responsáveis legitimados para tal. Assim, fico a aguardar o devido esclarecimento. Muito obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS:

«Muito obrigado, Sr. Presidente, boa noite a todos. Relativamente à atividade municipal, eu gostava de colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara que se prende com aquela campanha que foi lançada e já e aliás, até já foi aqui discutida na Assembleia Municipal a campanha do comércio local, Natal Mais Local. A informação que nos é prestada no documento em análise, é, quer me parecer, uma informação muito sucinta, muito básica, por assim dizer, porque pouco nos diz acerca de quantos foram os aderentes, quantos compradores/ clientes, quantos compradores, digamos, fizeram uso da campanha e das benesses que é a campanha atribuída, que montantes envolvidos em média por comerciantes, que montantes envolvidos por comprador. Enfim, há uma série de questões, que se houvesse números, a não ser que me digam que os números desta campanha estão apresentados noutra capítulo do documento ou enfim, mas eu confesso que da análise que fiz no documento, não os encontrei. Portanto, outras questões que gostaríamos de saber qual a percentagem de investimento municipal face à dotação do programa? Enfim, resumidamente, estas questões que não têm resposta da leitura que fazemos dos 3 singelos parágrafos que nos foram apresentados aqui no documento. Sendo certo que a campanha só decorreu, segundo julgo saber, em Dezembro, portanto, campanha de Natal logicamente, e o documento é de Fevereiro. Portanto, penso que a Câmara teve tempo para apurar os números, os valores e dar-nos essa informação. Para já, era tudo muito obrigado.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Boa noite, cumprimentar ao Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr.es vereadores, restantes membros da Assembleia e Público aqui presente ou nas suas casas. Venho então aqui fazer mais uma síntese daquilo que considero mais relevante deste relatório da atividade municipal. O presente relatório sobre a atividade municipal referente aos últimos 2 meses de 2024, Novembro e Dezembro, são reveladores do trabalho que continua a ser realizado no dia a dia, semana após semana, para garantir a execução de obras fundamentais à modernização do nosso município. Desde logo, claro, importa destacar os trabalhos desenvolvidos para permitirem o arranque das empreitadas das escolas e dos centros de saúde. As quais irão começar durante o primeiro trimestre deste ano, tendo algumas, como sabem, já sido anunciado e começadas,. Este trabalho tem sido desenvolvido também de forma a provocar um menor transtorno possível para todos, procurando-se que durante este período em que vamos viver com obras por todo o Concelho, os serviços possam continuar a funcionar com boas condições e com alguma normalidade. Já sabemos, temos de ter paciência agora, podemos ter de enfrentar algum desconforto, mas é para que possamos daqui a alguns meses termos serviços de alta qualidade. Vamos todos ter que fazer algum esforço durante este tempo de obras, mas certamente que não necessitaremos de passar por nenhum calvário para conseguirmos chegar à tão adiada, necessitada e desejada Páscoa, aproveitando a analogia da última sessão, ou seja, a melhoria da qualidade de vida e ao acréscimo de conforto dos nossos munícipes. Também foi desenvolvido um procedimento relativo à empreitada para a remodelação, ampliação e adaptação das infraestruturas do edifício socioeducativo da Gafanha do Carmo, para a instalação de uma creche, obra que, entretanto, já foi anunciada como é do conhecimento público e também já foi falado aqui.

Foi apresentado o projeto para a construção da nova ponte da Vista Alegre, que garantirá uma maior segurança na ligação entre Vista Alegre e a Gafanha da Boavista.

Pintou-se o exterior dos edifícios da Escola Básica da Gafanha da Encarnação. Iniciaram-se os trabalhos de ampliação da Escola Básica do primeiro ciclo da Chave na Gafanha de Nazaré. Prosseguindo a intervenção na piscina municipal de Ílhavo, prevendo-se que esteja terminada no final do primeiro trimestre, tendo sido encontradas mais patologias do que aquelas que inicialmente se previam, pelo que mais importante que saber quando as obras terminam, seja saber que a piscina vai ficar com condições para uma utilização plena.

Conclui-se a obra de requalificação do Fórum Municipal de Maioridade, na Gafanha Nazaré, o que correspondeu a um investimento de cerca de 640.000 € e permitiu ampliar e melhorar este equipamento, de forma a que se possa prestar o melhor serviço aos seus utentes. Ainda no âmbito da melhoria dos serviços, a prestar às pessoas mais velhas, importa ainda mencionar a conclusão da sala de estar no edifício socioeducativo da Gafanha de Encarnação, a qual foi concebida para servir de ponto de encontro para as pessoas mais velhas, poderem conviver, aprender e participar em atividades focadas na estimulação cognitiva e no desenvolvimento de competências digitais.

Damos assim resposta em 3 freguesias do nosso Concelho às questões que se colocam a esta maioridade, promovendo-se um envelhecimento saudável, autónomo, capaz de potenciar um sentimento de pertença e de realização pessoal. Por muito que alguns possam incomodar tantas notícias positivas que têm dado nota de um concelho a crescer, este movimento de modernização do nosso município é já irreversível e ninguém o poderá parar.

Agora, no âmbito da participação cívica, uma referência óbvia para o orçamento participativo tendo-se iniciado no período abrangido por este relatório, os trabalhos de preparação da edição de 2025. Importa mencionar também no âmbito desta participação cívica, a preparação da documentação do plano de mobilidade urbana sustentável de Ílhavo, o qual irá ser submetido a discussão pública, penso que até já está, para que possa ser enriquecido com o contributo dos municípios. Mais uma vez importa assinalar que não é apenas com palavras, mas com práticas sistemáticas e reiteradas que se valorizam as ideias e as propostas dos cidadãos.

Uma menção também para o festival de Astronomia de Bordo, no qual participaram 17 restaurantes do nosso Concelho. Tendo sido consumidas 601 experiências gastronómicas.

No que respeita à programação cultural, destes 2 meses, o destaque vai para a Milha - Festa da Música e dos Músicos de Ílhavo, onde foram apresentados 3 projetos de comunidade: Cor da Madrugada, Companhia Jovem de Dança e Orquestra do Mar.

Continuamos, portanto, a perseguir neste processo de conciliação de uma cultura mais nossa, realizada e vivenciada pelas pessoas da nossa Terra. Uma referência também para o Leme, Festival do Circo Contemporâneo que regressou ao município, no início de Dezembro,

recebendo 19 companhias naturais de 13 países, juntando mais de 70 artistas, passaram por aqui em 4 dias mais de 6.000 pessoas assumindo-se este festival cada vez mais como uma referência nacional e Internacional do circo contemporâneo.

Isto tudo para lado de um sem número de outras atividades no âmbito do programa 23 Milhas, no Museu Marítimo, no Estaleiro, na Biblioteca Municipal, não sendo possível naturalmente estar aqui em enumerá-las todas. Trata-se apenas de uma amostra daquilo que foi o trabalho deste executivo, apoiado pelo Movimento Unir Para Fazer, nestes meses de Novembro e Dezembro.

Convém frisar que aquilo que nós temos feito aqui na Assembleia Municipal de Ílhavo nada mais é que a apresentação de parte do que tem sido o trabalho realizado ou a realizar pela Câmara Municipal para que todos possam acompanhar a evolução deste processo de modernização do nosso Concelho. Sempre dissemos a verdade e explicámos as coisas de uma forma clara, assinalando o ponto em cada projeto se encontra ou encontrava.

É por isso que não podemos aceitar a acusação grave, uma, entre outras, que já tivemos a oportunidade de desmontar, de que fomos alvo na última Assembleia e que sugeria que estaríamos a usar de alguma demagogia. Ora, nós temos o cuidado de apresentar os projetos que sabemos ter condições para implementar, nunca esquecendo as suas dificuldades, fazendo sempre uma abordagem realista dos prazos e das etapas que vamos tendo de ultrapassar até à sua execução final, explicitando mesmo que muitos destes projetos são plurianuais. Não arriscamos a qualidade e o sucesso de nenhuma das nossas obras em função da conveniência de uma data ou de qualquer estratégia eleitoral. Queremos fazer muito, mas também queremos fazer muito bem feito. E o que fazemos é para que os municípios fiquem bem servidos, mesmo que se tenha de esperar mais umas semanas ou uns meses, o respeito que temos pelas pessoas exige-nos este cuidado. Além disso, não fazemos promessas vãs ou impossíveis de concretizar, ou seja, estamos claramente nos antípodas de demagogia. Temos a sobriedade de assumir que aproveitámos muita coisa que existia, mas temos também de acrescentar que tivemos que investir na prioridade de garantir a manutenção do que já existia, equipamentos e edifícios que não tinham condições para uma boa utilização. Explicamos e fundamentamos sempre as iniciativas e as atividades desenvolvidas, sempre em vista da utilidade e do serviço que queremos prestar aos municípios. E é sempre isso que temos em vista. É esse o nosso bem maior.

Recorremos à razão e não à emoção, ao esclarecimento e não à manipulação. E não é por alguém repetir infinitas vezes uma não verdade que ela se torna verdadeira. O trabalho que temos feito está à frente de todos e o resultado desse trabalho vai potenciar de forma decisiva e irreversível o Concelho de Ílhavo. Estamos a garantir o futuro, o imediato e o longo prazo. Vamos estar em obras em várias frentes, tendo que continuar a viver e a utilizar os equipamentos mesmo com alguns constrangimentos. Mas sabemos que dentro de algum tempo vamos ficar com melhores serviços, desde as escolas aos centros de saúde. Vamos ter piscinas em condições plenas de utilização. Vamos poder passar por uma nova ponte da Vista Alegre.

Como sempre dissemos, não fazemos por fazer. Investimos os nossos esforços, a nossa energia em obras úteis que vão ter repercussão junto dos municípios. Não são meros, *fait divers* nem adornos decorativos para entreter ou fazer esquecer aquilo que é urgente e fundamental. Tem sido assim e vai continuar a ser assim, com foco nas necessidades de cada um. Unir para fazer aquilo que vai ajudar, que vai cuidar e que vai melhorar a vida das pessoas.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD:

«Boa noite a todos. Nós ouvimos aqui muitas vezes com orgulho, o Sr. Presidente da Câmara referir-se ao reforço das metodologias de gestão que está a incutir na Câmara. E não é só o Presidente da Câmara, é também a bancada do Unir Para Fazer, e vemos também isso a passar no relatório que nos chega com números e mais números e mais números e mais números. E nós queremos os números para quê? De facto, nós queremos os números para poder apreciar a atividade da Câmara. Ainda bem que os números existem, no entanto, temos que nos perguntar é se os números são os números certos e são os números que nós queremos e são os números que, de facto correspondem a um ideal da countability que se exige a uma instituição pública.

Nós ouvimos muitas vezes aqui falar e ouvimos ainda hoje falar aqui sobre o Instituto Kaizen, por exemplo. O Kaizen aquilo que eu aprendi é que se trata de uma metodologia, também há o de gestão que serve para otimizar processos de eficiência, tornar, portanto, os procedimentos mais baratos, gerar o mesmo resultado de uma forma mais rápida e de facto, o Kaizen, enquanto metodologia, foi uma metodologia que reinventou grandes unidades

industriais no mundo há alguns anos. Alguns também agora também. Mas tem realmente tido sucesso em grandes unidades industriais e nós em Março, soubemos que o Instituto Kaisen foi contratado por esta Câmara em Junho. Também foi amplamente anunciado aqui na atividade municipal, tanto pela bancada Unir para fazer, como também pelo Sr. Presidente e temos ouvido recorrentemente falar bem sobre o Instituto Kaizen.

Diz-nos também este relatório que nos chegou à mão, que os trabalhos referentes a otimização das diferentes equipas operacionais da divisão, gestão de equipamentos e serviços urbanos, apoiados pelo Kaizen Institute, avançaram consideravelmente, estando em fase de conclusão relativamente ao que se encontrava contratualmente programado e o que é que estava contratualmente programado? Eu fui ao base.gov e soube que o contrato foi assinado em Março. Não sei, agora não tenho aqui o nome data precisa, mas terá sido assinado em Março e o contrato tinha 153 dias. Portanto, significa que lá para no Verão já teria terminado e o Verão já lá passou. Já estamos nós a terminar o Inverno e temos um relatório que nos diz que os trabalhos estão em fase de conclusão relativamente ao que se encontrava contratualmente programado. E o que é que estava também contratualmente programado? A quantificação de benefícios financeiros a nível de serviço, a quantificação de custos ou investimentos. Portanto, a organização de equipas, workshops, quadros, dinâmicas de acompanhamento, mapeamento de processos, normalização de tarefas críticas. Portanto, isto está tudo no caderno de encargos e de facto aquilo que nos chega à atividade municipal são 2 dashboards com informação muito simples sobre entradas, saídas, gráficos, gráficos de queijo sobre o tipo de obras que foram feitas e não aquilo que eu estava à espera que se visse num Instituto Kaizen, que é de facto perceber, depois de implementar estas metodologias, quanto é que a Câmara ficou a ganhar. Qual é o custo de ter hoje mais ou menos funcionários a trabalhar nestas obras e nestes procedimentos. Não tenho esses números aqui e eram esses números que depois de tanta propaganda sobre o Instituto Kaizen, sobre a importância que esta Câmara dá às metodologias de eficiência, de facto, nós não vemos. Perante isto, eu tenho algumas perguntas a fazer: em primeiro lugar, se já terminaram ou não terminaram os trabalhos do Instituto Kaizen? Segundo lugar, findo o prazo do contrato de 153 dias, o que ficou por cumprir do caderno de encargos? A terceira pergunta é se o Instituto Kaizen continua a trabalhar, qual é o enquadramento, tendo findado o prazo do contrato?

Eu pergunto isto porque, de facto, nós vemos, enfim, basta abrir hoje um canal qualquer que vemos qualquer coisa é algo de grandes vitórias e de grandes auditorias e de grandes perseguições e por aí fora, e, de facto, nós por coisas, se calhar muito menos suspeitas, diria assim, temos realmente grandes grandes polémicas, portanto, acho que para evitar isso, acho que era bom a bem de todos, termos estes esclarecimentos aqui em sede da Assembleia Municipal com a resposta a estas 3 perguntas muito simples que acabei de colocar. »

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD:

«Ora, boa noite a todos. Primeiro, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo, cumprimentar todos aqui presentes, também quem está nos assistir lá em casa e aqui o público.

Estamos hoje a discutir o ponto número 1 relativo à atividade municipal e venho hoje pela terceira vez, abordar o tema da inatividade municipal, que consta no documento disponibilizado pelo executivo da página 104 à 111, que corresponde às obras públicas e saneamento.

Como é sabido por todos, o nosso município tem assistido a várias intervenções na rede de saneamento executadas pela empresa Construções Carlos Pedro, que são responsabilidade do agrupamento de entidades adjudicantes que integram o Município de Ílhavo, as Águas da Região de Aveiro que, por concurso Público, também adjudicaram a fiscalização, gestão da qualidade, coordenação da segurança da obra, gestão ambiental e que continua a não fazer o seu trabalho adequadamente.

Falo, concretamente do trabalho executado na freguesia da Gafanha da Encarnação, em que a fiscalização e o executivo tem falhado redondamente, gostaria de falar concretamente da rua Professor Francisco Cruz, que está uma vergonha. Eu não tenho outra palavra, está uma vergonha. E vergonha com o quê? Vamos, vamos a factos e vamos fazer uma análise muito simples, não é preciso nada muito complexo para compreender o que é que temos perante os nossos olhos, é só passar lá. Portanto, tivemos a aplicação direta do asfalto sem aplicar previamente nas áreas em que o piso sofreu intervenções de forma a evitar abatimentos e que normalmente é o procedimento normal. Alinhamentos não existiram como não existiram anteriormente. Eu já cá vinha vim anteriormente avisar relativamente a isso, os alinhamentos não ocorreram. Está miserável. As grelhas estão absolutamente rebaixadas. Tem delas que

eu fui verificar pessoalmente que estão rebaixadas em 15 cm. Já falei com vários munícipes que já tiveram sustos com as suas viaturas, que até sei de um caso que danificou a sua viatura. Temos lá uma situação à frente da escola Centro, que é uma clara vergonha em que o asfalto foi aplicado por cima da Lomba em calçada. Vejam ao nível em que nós estamos a chegar. E na mesma rua, nem é preciso a mesma rua, não na rua que está atrás na rua padre Resende, temos buracos em volta das tampas que sem qualquer sinalização, ou seja, ao longo da obra, eu cá vim chamar a atenção, houve falha de sinalização. Neste momento, continua a haver falha de sinalização e a obra não está, não foi claramente ou corretamente executada e neste momento nós até parece que temos um abandono da obra. Não sei onde é que andam os Sr.es, nunca mais os vi. Agora começam aqui uma coisinha, depois ali outra coisinha, não sinalizam, fica as coisas, um perigo. Eu não sei como é que ainda ninguém se magoou genuinamente não sei. E esta é a terceira vez que eu venho abordar este assunto aqui à Assembleia, o que quer dizer que o executivo não tem tido cuidado de fiscalizar a fiscalização, de proteger os nossos munícipes e até está a aceitar um problema que irá afetar o nosso futuro, o futuro do nosso município. Porque temos um trabalho mal feito, que devia ter sido um investimento claro na nossa terra, mas que se vai tornar o meu problema. Esta execução de obra levará claramente a problemas a curto prazo, médio e longo. Não, não podemos negar isso. E aquilo que devia ter sido um claro investimento no nosso município, na nossa terra, que devia ter sido uma empreitada que, além de colocar o saneamento, algo que nós não conseguimos ver, palpar, ver claramente, mas também melhorar as nossas infraestruturas é algo que vai nos levar a problemas consequentes. E eu, honestamente questiono o executivo para perceber como é que tencionam salvaguardar os interesses dos nossos munícipes, como é que tencionam analisar os defeitos que estão na obra? Como é que pretendem executar a reparação dos mesmos? Ou exigir à entidade que está a executar a obra, a reparação dos mesmos? Porque eu tenho uma questão muito simples que é, se até agora fazem um trabalho com tão pouco brio, é posteriormente, quando forem identificados os problemas ou as falhas na execução do caderno de encargos que eles vão fazer as coisas adequadamente? E gostava de terminar com uma frase que foi o Sr. Rufino, que disse, o trabalho que tem sido feito está à frente de todos é só passar na rua e ver que está com muito brio e também como disse, não fazemos por fazer. Talvez sim, obrigada.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Boa noite a todos. Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas, pessoas que nos estão lá a ver em casa. Bem eu gostava de começar por agradecer e subscrever o abraço que foi aqui dirigido ao autarca Arvins que foi emitido pelo deputado Luis Leitão também nós, enfim, estamos devidamente consternados desde a manhã, do que aconteceu que já era previsível mas enfim é sempre bom mandar esta mensagem a quem também já dedicou algum do seu tempo e do seu trabalho para esta causa. Também agradecer à intervenção do Sr. Rui Rufino, pronto, que nos resumiu mais uma vez o documento que foi apresentado também hoje aqui bem detalhado pelo Sr. Presidente da Câmara e relativamente ao documento como já aqui foi dito, já vem com atraso de 2 ou 3 meses. Há realidades que hoje já estão totalmente desfasadas e desatualizadas e portanto enfim as obras já hoje tanto quanto sabemos têm outra atividade ou desenvolvimento. De qualquer maneira não deixaria de fazer uma questão e refere-se à exposição apresentada na página 101 e 102, a informação sobre os termos de referência para a segunda revisão do PDM que segundo sabemos a informação que está na atividade municipal já está desatualizada porque segundo sabemos já foi analisada em reunião de Câmara. Pergunto se este documento, enfim, vai.. Na altura eu queria uma pergunta que era saber se isto estamos interligado a interagir com a lei dos solos esta também já está desatualizada porque sabemos. A pergunta então que se põe é saber junto do Sr. Vereador qual é previsão do desenvolvimento desta segunda revisão do PDM já que sabemos que a primeira foi feita em 4 de abril de 2014 face à atual situação previsível de chumbo da moção de confiança apresentada pelo Governo e todos os transtornos que isto vai criar ou seja vamos ou não vamos ter PDM ou revisão do PDM durante este ano, se virá alguma coisa à Câmara ou à Assembleia, qual é o ponto da situação porque tudo isto vais ficar minimamente atrasado. Esta é uma pergunta que enfim gostaríamos de ter aqui alguma nuance e se a Sra. Vereadora que está mais vocacionada para estas coisas também nos quer dizer alguma coisa sobre o desenvolvimento que ou as questões que suscitam os PRRs e as atividades e as empreitadas que estão envolvidas no PRR e outros apoios financeiros nomeadamente nós sabíamos que o governo ia contrair um empréstimo que já não poderá fazer para enfim resolver alguns financiamentos que ainda estão pendurados e o que é nos tem a dizer quanto a isto porque se isto tudo for atrasado certamente vamos ter gravíssimos problemas e não

vamos ter muita coisa realizada. Até me estou a lembrara dos passadiços, os simples passadiços vão ter um atraso certamente significativo por coisas instituições públicas, os departamentos paralisam durante 2 ou 3 meses até ver qual é o resultado das eleições. Se o Sr. Vereador tiver vontade de nos responder agradecia.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado. Sr. Presidente por favor.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado Sr. Presidente digo-lhe sinceramente que estou muito contente com as questões que hoje foram levantadas nesta Assembleia. Primeiro perceber que o que fiz aqui durante os últimos anos não vale nada, não aprendi nada porque agora até tenho que pôr aqui quem é que contratou, quem é que contratei, quanto tempo é que é o prazo, tenho que pôr aqui esta atividade hoje is crescer brutalmente portanto Sr. André Guimarães, tenho a dizer não sou gestor desse contrato portanto terei que procurar informação, envio-lhe pessoalmente resposta sobre aquilo que questionou, se não tiver todas as informações depois questiona-me e dar-lhe-ei outras informações. Se o resto da Assembleia quiser saber na próxima atividade podemos discutir isso na ordem do dia se assim o desejar relativamente a essa questão da kaisen e fico também um bocadinho, eu estaria aqui com um desejo de dar outras respostas sobre o Instituto kaisen e a valia que ele tem sido para algumas câmaras municipais deste país mas se calhar a sua percepção é mais curta que a nossa ou mais alargada que a nossa e portanto posso cometer aqui algum erro e não consigo depois com a sua próxima intervenção reagir. E portanto vou ver a sua reação e depois vou ver o que é que lhe vou dizer também. Relativamente ao Sr. Luis Leitão fico contente por olhar para Parati dessa forma aliás fico também satisfeito por o Sr. continuar a ler algumas coisas que não devia de ler ou se calhar não deveria de escrever, mas a noção é a seguinte a Câmara Municipal penso que tem 8 ou 9 geminações que foram levadas a cabo por presidentes anteriores ao presidente que está neste, mandato a exercer a função entre 2021 e 2025 para já portanto. E dentro dessas situações o que me parece é que fomos cumprir com um papel, eu não vi ninguém no meu executivo e fui eu que deleguei pelouros a avaliar-me da forma que o Sr. me avaliou, mas se calhar o Sr. tem legitimidade para isso ou está-me a tirar a legitimidade, não percebi quem é que tem legitimidade para dizer o que quer que o Sr. disse. E portanto o que eu acho que fui lá fazer e vou-lhe responder fui conhecer realmente, após duas visitas e pode ver também a visita que o prefeito de Parati fez ao município de Ílhavo mais propriamente na Costa Nova onde partilhou comigo a intenção de nós estarmos lá num festival de gastronomia e se pudéssemos partilhar os dois a mesma bancada de trabalho poderíamos fazer um trabalho engraçado eu também expressei a vontade de o ver no nosso festival do bacalhau que era uma intenção nossa e ele que trouxesse lá um mocotó típico lá daquela zona e que ele é perfeccionista a fazer aquele trabalho e que poderíamos ter parceiros interessados também naquilo que têm sido as visitas empresariais que temos feito em perceber a influência do consumo do bacalhau do mercado brasileiro nos nossos armazenistas e transformadores. E portanto, fomos lá, tivemos lá 3 dias aproximadamente, porque o resto foram quase viagens. Portanto chegámos numa quinta à noite ou perto da noite, sexta, sábado e domingo e numa segunda fomos recebidos até pela assembleia e até intitularam, deram-me lá um título e tudo. Portanto tivemos várias intervenções e porquê de estar o meu adjunto porque uma das coisas que nós tínhamos discutido aqui com um dos secretários que acompanhou o Sr. Prefeito, Sr. Vinícius, tinha a parte da educação e portanto fomos também perceber as dificuldades, como é que evoluía o processo lá, perceber como é que era a gestão das escolas, perceber também uma escola profissional que eles tinham lá como nós temos aqui o FORMAR e que trabalhava nessa área e perceber também as ligações da pesca, porque anteriormente a geminação tinha por base um pessoa de Ílhavo que tinha vivido em Parati, e houve um livro e portanto fomos lá perceber isso tudo. A influência da religiosidade do caminho do ouro, a transferência há uns séculos atrás de pedra calcária de Portugal para aquele destino e para aquela costa e, portanto, interpretámos tudo isso. Ficámos dentro deste acordo, com a vontade de redigir um novo livro com a presença da participação da área da cultura, da área das escolas e da área da intervenção da religiosidade também para que pudéssemos ver o que há tão em comum entre estas duas cidades, já o tinha sido também visto pelo nosso anterior presidente que esteve aqui, José Agostinho Ribau Esteves e que fez esse trabalho também mas não chegou tão profundamente a esta situação e conheci também pessoas que, à época, vieram aqui, estiveram aqui neste edifício e tivemos também o cuidado de as visitar lá. E portanto, foi um convite que se aceitou e portanto o Sr. Presidente aceitou a esteve e foi com a equipa, que neste caso trabalha a área da educação

que decidi fazer essa viagem. Portanto sobre isto não tenho muito mais a dizer, se houver mais algum pormenor que queira saber poderei-lhe explicar se o souber, outros não explicarei porque não os hei-de saber. Relativamente à campanha de Mais Natal eu gostava que o Sr. Pedro Martins aguardasse pelo próximo relatório de atividade e portanto irá também à Câmara essa informação ee, portanto, será detalhada perante todos e depois poderá colher essa informação. Quanto ao Rufino já vi também que os outros deputados ficam contentes porque podem também não se ter preparado da mesma forma que o Sr. e ficam contentes com as suas explicações, com aquilo que leu e com aquela preocupação que teve de ver estas 190 páginas não havendo críticas sobre as mesmas o que é importante nem dúvidas sobre o que está lá escrito, portanto é bom também ver isso. Queria também deixar à Sara uma recomendação também. Agradeço muito do seu esforço que fez hoje no púpito porque eu vou mandar redigir tudo o que a Sr.a disse entregar às 2 empresas, não é Carlos Pedro é Carlos Pinho Construções e, portanto, vamos reforçar também com a sua intenção aquilo que já o fizemos ultimamente e continuaremos a acompanhar a obra naquilo que nos diz respeito na presença nas reuniões manifesta ndo também a mesma vontade que a Sra tem e nunca abandonámos até hoje de o fazer. E, portanto, penso que tenho as respostas dadas. Sobre esta questão do PRR do Sr. deputado Flor Agostinho, engraçado que as preocupações têm vindo a ser diferentes ao longo deste mandato com alguma grave, porque vimos a possibilidade de não haver PRR, agora já o governo é uma questão. O governo não é questão para nós, nós até somos um movimento independente não temos questão com o governo, entendam-se os partidos sobre essas questões de terça-feira às 3 da tarde. Entendam-se sobre essa matéria. O Sr. Presidente da República que muito respeito, com quem já tive oportunidade de partilhar a sua casa também, respeito tudo isso também não tornei isso público Sr. Luis Leitão, mas podia ter tornado, olhe, mas não tornei isso público também. E portanto, relativamente a isso o que lhe posso garantir é que a gestão do Unir Para Fazer levou a que esta antecipação das verbas fosse completamente diferentes de outras portanto estamos convencidos que neste momento, caberá a outra entidade que gera o PRR e que vai trabalhar essas matérias e que é o Pedro Dominginhos, o sr. presidente, com quem estamos a trabalhar e estamos já, se interessar e souber e também passo isto para todas as pessoas, estamos já neste momento também a pedir mais verbas sobre o PRR relativamente à saúde porque tivemos a informação da Sra. Secretária de Estado que está na altura de pedirem porque nós tínhamos aqui falta de 2.7 milhões de euros para fazer a reabilitação dos nossos centros de saúde que não proibiu o executivo de avançar para qualquer uma destas obras. Sem projeto é que não podíamos avançar e, portanto, o Executivo fez 5 projetos, 5 projetos. Fez estudos prévios quando cá chegou para consolidar esta relação no nosso território e, portanto, não estamos com problema nenhum sobre isso. Os problemas foram levantados durante 3 anos, onde o Sr. também teve um papel relevante sobre esse levantar de problemas. E, portanto, estamos completamente tranquilos sobre essa matéria, cabe às entidades que tutelam essas matérias responder sobre isso. E já passámos por dois governos, se calhar vamos passar por um terceiro ainda. E, portanto, estamos confiantes que qualquer dos governos que venha a governar este país faça um bom trabalho, como sempre o disse aqui, não criticando qualquer um dos que possa lá estar, porque eu acho que todos nós tentamos fazer o nosso melhor. E como o Rufino disse, muitas vezes tentamos denegrir a figura dos outros, utilizando até a mentira. , portanto, a mentira passa para quem quer passar, não passa muitas das vezes em maior parte das pessoas, mas tudo bem, vivemos felizes também com ela. E portanto, estas questões não me preocupam absolutamente nada. Acho que este governo pegou naquilo que encontrou e só fez uma coisa, atribuiu as verbas, não fez muito mais. E portanto, está ainda, ou estaria, a preparar aquilo que podia ser um Orçamento de Estado gerido por esse próprio governo. E portanto, estaríamos à espera disso. Já tínhamos feito caminho na área do desporto e noutras áreas para perceber o que é que as pessoas tinham como intenção de verbas disponibilizadas para nós encaixarmos alguns dos projetos que temos em mão e que estamos a fazer. E portanto, estamos completamente tranquilos. Quanto a essa questão na região da Aveiro, preocupa-me porque sou um dos presidentes da comunidade intermunicipal e há realmente colegas meus que não tiveram a mesma sorte e que estariam à espera desse financiamento através do VEI para avançar com as suas obras. E portanto, acredito que essa situação traga alguma dificuldade à execução dessas obras. No entanto, se as câmaras assim o permitirem, a possibilidade de endividamento é sempre real, independentemente do valor que tenha uma taxa de juro associada e um spread a esse mesmo endividamento. E portanto, saberão depois os munícipes se querem pagar mais dinheiro por aquilo que querem usufruir, ou menos, porque associando ao custo de um edifício de 1 milhão de euros uma taxa de juro, não estamos a falar num edifício que custa 1 milhão de euros, estamos a falar num edifício que

pode custar 1 milhão e meio, 1 milhão e 200 ou 1 milhão e 300 no final do pagamento desses empréstimos. E portanto, essa também não é a visão da nossa governação, foi uma visão de dar esse contributo aos nossos municípios mantendo as taxas, baixando aquilo que é o IMI, colocando na mesma fasquia, nos últimos 3 anos, 4 anos, o IRS e portanto os nossos municípios saberão o trabalho que está feito e esta atividade também comprova a gestão dessa mesma capacidade financeira que a Câmara tem, olhando se assim o quisermos fazer também para a relação com os nossos fornecedores e a relação contratualizada também com as instituições de crédito e também com a ADRA e com a ADCL, a relação que nós temos. E, portanto, deixava também ao Sr. Vereador e à Sra. Vereadora se quiserem dirigir alguma palavra sobre as questões que foram colocadas neste momento estarei a minha abertura para poder falar.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos:

«Boa noite a todos, Sr. Presidente, na Assembleia, Sr.es Deputados, público aqui presente e quem nos ouve e vê em casa. Relativamente a algumas referências que foram realizadas no âmbito das áreas que acompanho, é importante relevar esta questão da campanha de comércio local. Foram entregues 3 mil vouchers num período praticamente record em que alguns estabelecimentos esgotaram a sua disponibilidade por diversas vezes. Inicialmente foram produzidos 2 mil vouchers, depois houve um reforço de mil vouchers, tendo em conta a forte procura e entrega neste período que penso, não queria estar a transmitir uma informação incorreta, mas penso que não chegou a duas semanas.

Depois, ao longo do mês, como bem sabem, existia a possibilidade de descontar o voucher em compras nos comércios aderentes, tendo em conta que 46 estabelecimentos do nosso território, das 4 freguesias do nosso território e nas freguesias em várias localidades, foram esses os estabelecimentos aderentes. Claro que, e como o Sr. Presidente referiu, a campanha durou durante o mês de dezembro, a entrega documental e validação daqueles que foram os processos de descontos decorreu no período seguinte, durante o mês de janeiro. Tivemos inclusive que alargar para alguns estabelecimentos que estavam exatamente a atrasar a entrega e não havia qualquer tipo de interesse em estar a penalizar os estabelecimentos que já tinham aplicado esses mesmos descontos no âmbito da campanha, por isso tivemos a necessidade de ir ao encontro dos aderentes para que o processo estivesse devidamente instruído conforme as normas e dessa forma, claro que o relatório muito pormenorizado será produzido porque, segundo sei, já temos finalmente todos os pagamentos realizados aos estabelecimentos que apresentaram exatamente esses pedidos de pagamento.

A perspetiva de adesão por parte dos nossos municípios à campanha era elevada, tendo em conta a rapidez com que os vouchers voaram, ou seja, a rapidez com que foram entregues e segundo a nossa equipa que fez o acompanhamento e monitorização desta campanha, os comerciantes foram extremamente cumpridores das regras à entrega dos vouchers relativamente aos montantes que estavam em causa para a elegibilidade à receção do voucher. E na verdade sentíamos que iria haver uma grande adesão do ponto de vista de desconto e ela ficou na ordem dos..., eu não queria estar a incorrer, mais uma vez não é uma incorreção, mas estou em crer entre os 35% a 40% de devolução desses vouchers aos comércios aderentes. Para uma primeira edição, tendo em conta o modelo, e claro que ele estará sempre à discussão e para propostas de alteração futura. Relembro também que em paralelo a esta ação foi promovida também alguma animação nos locais próximos dos estabelecimentos aderentes para promover exatamente este espírito natalício junto do comércio local. E houve a deliberação no sentido de também permitir ao comércio local a dinamização das suas frentes-loja e para tornar exatamente o espaço mais atrativo ao comércio. Relativamente às outras áreas, acho que é importante reforçar aqui a matéria da oferta cultural. Nós fechámos 2024, com 12 projetos de comunidade, com investimento na ordem dos 100 mil euros em projetos de comunidade, em que sentimos que a comunidade se envolveu seriamente naquela que é a oferta cultural e a presença em palco sempre com qualidade e com acompanhamento de artistas que vem exatamente engrandecer aquela que é a nossa oferta. Sentimos inclusive que as pessoas se sentem cada vez mais motivadas para propor, para intervir do ponto de vista de sugestões daquilo que gostariam de ver no seu próprio território. E esta é uma metodologia que tem sido muito proveitosa para todos nós. Não falo apenas para o Executivo Municipal naturalmente, mas para todos nós. Porque o projeto cultural e não apenas o 23 milhas, como também toda a proposta cultural promovida por outras estruturas, é muito importante que chegue aos nossos municípios e que eles se

sintam envolvidos e que se sintam atraídos por elas. E desta forma entendo que esse ponto é extremamente positivo. Bem, Sr. Presidente penso que é tudo.»

Vice- Presidente do Executivo, João Semedo:

«Boa noite, Sr. Presidente, restantes elementos da Mesa, elementos do Executivo, Sr. Presidente da Câmara, caros Deputados, Caros cidadãos que nos acompanham nesta sala e todos que nos seguem pela transmissão online. Bem, eu quero antes de mais recordar na sessão de 21 de fevereiro tinha havido algumas questões ainda no período antes da ordem do dia, em que eu na altura tinha referido que depois responderia na atividade municipal, a essas perguntas também, ou esses assuntos, acabaram por também ser hoje referidos. Portanto, a questão do ponto de situação das obras, as questões que o deputado Flor Agostinho fez e qual seria o ponto de situação das obras do PRR. Para fazer aqui um ponto de situação a todos. Já foi iniciada a empreitada de reabilitação da Escola Básica Professor Fernando Martins, no mesmo dia em que também foi iniciada a empreitada de reabilitação e ampliação do Centro de Saúde de Ilhavo. Estão programadas para a semana de 17 de março iniciarem-se as obras de reabilitação da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes. Também nessa mesma semana estamos a prever iniciar a empreitada de reabilitação e ampliação da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré. Esta com uma data também menos precisa, uma vez que neste momento dependemos da e-redes, uma vez que existem uma série de infraestruturas que têm implicações nos trabalhos de início das empreitadas. Começou também a obra da creche da Gafanha do Carmo, também uma obra com financiamento PRR. Neste sentido, e reforçando aquilo que o Sr. Presidente já esclareceu e muito bem, as questões do PRR, as únicas que de facto nos preocupam mais, mas felizmente que a Câmara tem essa independência financeira para poder avançar com as obras e para poder ter arriscado antecipadamente e talvez, talvez não, com toda a certeza que a forma como foram trabalhados estes projetos permitiram-nos que hoje todos nós que estamos neste salão nobre possamos estar mais tranquilos com estas empreitadas porque os financiamentos estão garantidos. Portanto, as obras estão mesmo em curso e há mesmo só a questão dos Centros de Saúde, mas a independência financeira da Câmara permite que elas prossigam, não obstante já haver as indicações de poder haver financiamento para as verbas que estão em falta. Recordo uma vez mais, essas duas obras da saúde foram candidatas a financiamento com estudos prévios que foram apresentados com estimativas de valor metro quadrado, só depois dos financiamentos aprovados é que foram desenvolvidos os projetos de execução, portanto só depois mais tarde é que tivemos com maior precisão o valor dessas empreitadas e depois ainda tivemos com maior precisão o facto de termos lançado os concursos das empreitadas e hoje sabemos qual é o custo previsto para a empreitada. Também, entretanto, tivemos boas notícias que no âmbito PRR também estarão previstos apoios financeiros para trabalhos a mais, portanto isso também são boas notícias. Estamos convictos também que o trabalho que fizemos não só será profícuo para aquilo que já garantimos, mas também, e digamos mesmo com alguma confiança, que se calhar também aquilo que os outros não vão garantir talvez nos beneficie a nós para podermos garantir mais verba que não será utilizada. Portanto, teremos que estar mesmo muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido, estarmos muito empenhados. Fiquei não muito satisfeito com as palavras que o Sr. Deputado usou na última sessão, na primeira de 21 de fevereiro e que hoje já foi a referir com a questão do calvário. Nós desde o primeiro momento dissemos que as obras seriam chatas, evidentemente, vão ser obras, e aquilo que temos dito sempre tanto nos estabelecimentos de saúde como nos estabelecimentos escolares, é a partir de esclarecer que vão existir muitas perturbações. Portanto, aí deixamos logo claro, é tal como acontece nas nossas casas e por isso é que muitas vezes protelamos essas obras porque sabemos que nos vão criar desconforto. Portanto, estaremos empenhados para minimizar esses desconfortos e para que no final o resultado nos deixe a todos muito satisfeitos. Também tinha referido a questão dos passadiços, estas questões de mudança do Governo, reforçar que esta questão que nós andamos a contactar e a tentar diligenciar com as entidades não é só de há um mês para cá, mas é mesmo desde meados de 2023 que temos vindo a alertar as entidades para que no âmbito das suas competências nos ajudem, nos ajudem sim a todos a resolver esta questão da orla costeira e da nossa costa, das nossas praias da Costa Nova do Prado e da Barra. Relativamente à revisão do PDM, também ficar, isto é um assunto que referimos apenas como expectativa para os próximos meses porque a atividade encerrou, estamos hoje a discutir, a 31 de dezembro. Entretanto, sim, já foi aprovada a abertura do procedimento de revisão do PDM, portanto, a segunda revisão. Alcançámos aquilo a que nos tínhamos proposto e a que todos tínhamos discutido quanto à alteração, da última alteração do PDM em que ainda neste

mandato, depois de todo o trabalho que seria necessário, também avançámos para um procedimento de revisão. Portanto, depois da elaboração do relatório de Estado do Ordenamento Território, portanto, do REOT, estariam reunidas, então, à partida todas as condições e no documento que refere, e bem, dos termos de referência, também está indicado todo o enquadramento e o prazo que prevemos. Esta questão do prazo, compreendo a preocupação, recorro uma vez mais que no procedimento da alteração, mesmo que tenha sido aberto em 2018, e recorro que em 2021, no final de 2021, quando nos deparámos com o ponto de situação desse procedimento, ele estava praticamente por executar, ele pouco tinha executado, portanto, ele estava praticamente por faltar iniciá-lo mesmo. E que ainda em 2023, no final do ano, foi concluído. Portanto, isso é que nos tem que deixar muito satisfeitos, porque conseguimos encurtar esse prazo. E relativamente à revisão, à primeira revisão do PDM de Ílhavo, ela iniciou em 2002 e só foi publicada depois em 2014. Portanto, temos aqui um período de 12 anos. Isto são processos longos, que não dependem só do município, evidentemente, são processos trabalhosos, mas estou em crer que, da mesma forma empenhada com que foi tratado o procedimento da alteração, tal como está a ser tratado também o procedimento de revisão da REN, que conseguiremos dar cumprimento ao prazo que nos propusemos, que foi de 24 meses. Portanto, naquilo que depender da equipa que está a trabalhar esta matéria, da Câmara Municipal, estamos empenhadíssimos em poder cumprir com este prazo, que é também ambicioso, mas que não é inédito e já existiu noutros municípios. E é tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos então abrir a segunda ronda de intervenções do Partido Socialista? Luís Leitão. Do Unir Para Fazer? Rui Rufino e José Pinto Reis. Do PSD? Temos o André Guimarães e a deputada Margarida Alves e o deputado Flor Agostinho. E do Chega? Temos o deputado Sérgio Louro. Portanto, vamos começar pelo deputado Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Sr. Presidente da Câmara, gostava de lhe dizer que não percebi o seu comentário. Não percebi a que se refere a coisas que eu ando a ler, mas acho que também não percebeu a forma também positiva que eu me referi à essência da sua visita. Só quem pensa muito pequeno é que não entende a importância destas parcerias. Algumas delas são feitas sem critério. Eu não me estou a referir a esta nem a nenhuma desta Câmara. Acredito que seja no outro lado, que é muito mais fácil. Até porque esta parceria não foi feita por este Executivo e, portanto, tem que estar livre de qualquer crítica ou de sentir dores a qualquer destas críticas. Mas foi feita era porque era importante. Provavelmente foi aprovada por maioria esta decisão. E, portanto, manter essa geminação não está em causa. O que às vezes é de colocar em causa é porque é que desde 2000 a 2025 tivemos aqui um período de hibernação, mas dependia da oportunidade, da disponibilidade dos Executivos de então para poderem incentivar esta parceria. De qualquer forma, saúdo que tivesse ido, saúdo que se tenha empenhado e com o seu estilo muito próprio, com o carisma que o Sr. tem, que tenha ido lá levar um pouco do nosso Festival do Bacalhau e saúdo. Eu, se estivesse no seu lugar, provavelmente faria também com o mesmo empenho, com a mesma vontade. Não tinha levado o bacalhau à bombeiro, levava provavelmente a receita do bacalhau à confraria. Uma também que eu faço muito bem lá em casa, que é o bacalhau à Conde da Guarda e iria lá espalhar o charme e a promoção também do intercâmbio com o Festival do Bacalhau e com o Ílhavo. Faria também, hoje mais do que nunca, sentido manter ligações com o Brasil, porque se o Brasil era um país lá longe, um país irmão, hoje é o país dos nossos vizinhos e às vezes já dos nossos familiares. E, portanto, porque não mantê-lo e aprofundar esta parceria. Sem qualquer tipo de crítica. Saúdo à visita, a qualidade, o ênfase. Onde é que eu me apercebi verdadeiramente disto? Apesar da minha senioridade, sou um homem dado às novas tecnologias e não sendo um dependente de redes sociais, vou vendo o meu Instagramzinho de vez em quando e sigo vossa excelência e tive oportunidade de ver os seus discursos no Instagram com o Prefeito e senti-me representado por vossa excelência. Vi que faltava qualquer coisa na representação do meu concelho e percebi, pela minha intervenção, que faltava a vereadora ou alguém com a capacidade de aprofundar e de reforçar a razão da visita. Só isso, fica à nota. Façam-no, mas façam bem. Livrem-se das críticas que vos possam apontar de irem fazer turismo. Livrem-se dessas coisas sem preconceito. Façam-no com a

dignidade que o concelho de Ilhavo merece. Quando forem, vão em grande e com estilo. Esta era uma das notas que gostava de lhe dizer e, portanto, aceite as minhas críticas aqui, de vez em quando humoradas, mas normalmente de forma positiva, efetuadas de forma positiva, nem sempre é do seu agrado, mas são tendencialmente sempre positivas. No entanto, e porque me parece que há alguma contradição naquilo que eu disse e também na forma como respondeu, porque se eu não tenho que responder sempre com insatisfação às notas que aqui vamos votar, devia-o ter feito de forma positiva, mas aproveite a sua resposta para lhe dizer que sim, devia divulgar de forma mais entusiasta a sua presença no Brasil e tinha a obrigação de partilhar publicamente a visita que teve com o Sr. Presidente da República. Ou então, devia ter ficado calado se era para ter sido de segredo, porque agora fico verdadeiramente incomodado, porque não sei o que é que o Sr. fez nessa visita com o Sr. Presidente, que não é todos os dias que o Presidente da Câmara de Ilhavo tem um encontro com o Sr. Presidente da República. E, portanto, fico agora com essa estranha sensação de que não me contaram tudo, ou pelo menos não o contaram no tempo certo, e como só deixou ali uma pontinha aguçou a minha curiosidade. E é essa curiosidade que se revela muitas vezes entre as suas intervenções e a contradição depois dos seus discursos, que me espanta também o seu comportamento sobre a questão da isenção das portagens, quando teve a ver com a questão dos pórticos da A 25. Foi com surpresa, ou com agrado, que vi uma manifestação, um grande movimento, uma grande indignação, também subscrita pelo nosso Autarca, numa manifestação do não às portagens, tudo contra os pórticos da A25.

E senti-me representado, as populações, a população de Ilhavo, as empresas, os comerciantes, os turistas, ficaram agradados com a sua comunicação e com o reforço da sua reivindicação. Que é isso, no fundo, que se espera de um Presidente de Câmara que apresente e concretize soluções, que seja inovador, corajoso e apresente alternativas ao status quo. E, sim, foi um bom momento. Já preocupante foi o momento seguinte. O momento seguinte em que não li, mas ouvi a sua preocupação a falar do perigo que era a abertura da autoestrada sem portagens que iríamos ser invadidos pela malta da serra, ou de quem venha a descer, digamos assim, porque nós não temos condições para receber tanta gente e, portanto, iria ser o caos. É verdade que a culpa não é sua, não foi o Sr. que criou a dimensão da Praia da Barra, da Costa, não foi o Sr. que fez os estacionamento, portanto, o Sr. não é culpado por isso, e, portanto, o estacionamento continua insuficiente, o trânsito continua caótico, os moradores e visitantes continuam a enfrentar um verão infernal, todos os anos, independentemente da questão das portagens e de quem tem gerido os destinos do nosso concelho. Têm faltado ousadia e soluções alternativas. A solução do trânsito que conheço deste Executivo é a alteração do sentido do estacionamento na Avenida Principal. Tirando isso, não lhe conheço mais nenhuma solução. Há muitos anos tornou-se célebre na Rádio Terra Nova um soundbite do então vereador Marco Ré, que dizia que deveria haver uma placa colocada à entrada da Praia da Barra a dizer lotação esgotada. Cada vez mais está mais atual esse momento. A culpa é de alguém? Não, a culpa é de todos, é da vida, mas é essencialmente dos executivos que têm a obrigação, têm o mandato da população para fazer algo, para fazer diferente, já que não conseguem fazer crescer a Península, que façam uma forma diferente de aceder à Península. O que é que eu quero dizer com isto? Quem consultasse o programa do Partido Socialista, nós já, tanto há três ou quatro anos, como há oito, falávamos sobre algumas situações e reforço, e atrevo-me a sugerir-lhe que leia o programa do PS outra vez, porque aí vai-se lembrar que lutávamos nessa altura por várias alternativas. E destaco, para que fique na memória de todos e eventualmente que possa adotar uma ou outra ideia, a criação de uma rede de transportes públicos eficiente, até mesmo eventualmente não gratuita, o restabelecimento, por exemplo, do incentivo do restabelecimento da barca da Gafanha da Encarnação para a Costa Nova, com uma comparticipação, nem que seja dando-lhe um cariz cultural e lúdico e assumir que durante dois meses pode haver a existência desse serviço, como algo rústico, assim como se investe no Festival do Bacalhau e em algumas iniciativas, também poderíamos investir numa dessas alternativas. A criação de zonas de estacionamento alternativas, por exemplo, no campo do Gafanha, no Parque do Oudinot, complementariedade de acesso com transferes gratuitos, por exemplo, em looping, um autocarro sempre a passar, sem horário, como se usa, por exemplo, nos aeroportos, uma nova travessia fluvial a partir do Jardim Oudinot, porque não, ou então melhorias nas condições da travessia ciclável para incentivar os acessos. É isso, Sr. Presidente, é isso, Sr. Vereador, que eu gostava que muitas vezes, não só da crítica que vem da sua parte, gostávamos também de ver que fosse diferente dos outros que já cá andaram, daqueles que o Sr. também criticou, e então que fosse a sua vez também de fazer diferente,

e o verão está aí à porta, aproveite algumas destas ideias e ponha-as em prática, se não tiver outras que ajudem a minimizar o problema. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Deputado Rui Rufino, por favor. Prescinde. Deputado José Pinto Reis.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Boa noite a todos, boa noite ao Sr. Presidente e à Mesa, boa noite ao Presidente da Câmara e à restante vereação, boa noite aos restantes deputados. O motivo da minha vinda a este púlpito prende-se com as últimas oportunidades que teremos de, sobre este tema, ter alguma tranquilidade e algum despreendimento. Com o aproximar daquilo que serão os calendários eleitorais, provavelmente continuaremos a assistir a comícios que mais se centram fora da atividade municipal, como foi o último caso, em que a questão das portagens não foi levantada no ano passado, foi levantada já este ano, mas foi muito bem aproveitada pelo Luís Leitão, para fazer passar aquelas que são as suas ideias para o próximo mandato, como candidato que é à Assembleia Municipal. E penso que isso é algo que vamos continuar a assistir. Eu gostaria de evidenciar a qualidade do documento que nos tem vindo a ser apresentado. Tem sido um documento que ao longo dos anos melhorou na sua facilidade de leitura, na sua capacidade de explicar de forma gráfica, de forma intuitiva, aquilo que tem sido a atividade do Executivo, levando muitas vezes ao pormenor que se não é o esforço do Rui Rufino de evidenciar aquilo que lá está escrito, muitas das vezes passamos nesta Assembleia sem qualquer referência ao seu conteúdo. E por isso, mais uma vez, e é aquilo que tem sido comum, agradecer ao Rui Rufino pelo excelente trabalho de redação e de análise, apaixonada e facciosa, logicamente, mas que evidenciam aquilo que tem sido um trajeto e uma trajetória que no fundo vem a ser reconhecida também pelas bancadas da oposição. As bancadas da oposição que hoje se centram essencialmente naquilo que não está escrito, naquilo que falta, naquele pormenor, naquela reunião, uma outra ao pormenor, e mais, têm vindo a exigir, e muito bem, a melhoria dos desempenhos. Hoje já queremos que o Instituto Kaizen, que deveria ter terminado, segundo os seus trabalhos em setembro do ano passado, já queríamos que existissem provas factuais e materiais dos seus resultados, aquilo que são cinco meses depois. A profundidade das coisas leva-nos a que a forma de ter resultados, ou a vontade de ter resultados, tem que permitir que haja a capacidade deles evoluírem e de aparecerem, e não precipitá-los só para satisfazer algumas pretensões. Depois também assistimos à utilização de alguma linguagem que já estávamos habituados a serem utilizadas por alguns grupos municipais, grupos parlamentares, não nesta Assembleia, mas noutros locais, e que passaram a ser também utilizados nesta Assembleia. É um ponto que eu acho que não nos dignifica e que não melhora em nada a nossa contribuição para o debate. Em relação àquilo que é a atividade municipal, tem sido enriquecedora, tem permitido que este grupo municipal se identificasse e se identifique, e tem transmitido tranquilidade, tem transmitido precaução, tem transmitido que existem planos alternativos, que existem capacidades para fazer face aos compromissos assumidos, sempre foi essa a postura tida. Hoje querem que também sejam fiscais de obras, que estejam no terreno a verificar o buraco e a verificar que não têm a sinalização. É importante que o transmitam às equipas, é importante que o transmitam aos contratados, mas por vezes ficamos com a sensação que o papel do executivo não é um papel político, mas sim um papel de fiscal, ou então estamos a querer criticar quem tem essas funções. No fundo estamos no final de um ano, o terceiro deste mandato, em que o Unir para Fazer foi igual a si mesmo. Temos orgulho naquilo que fizemos, temos orgulho naquilo que é o trabalho demonstrado nesta atividade, neste relatório, e esperamos continuar a poder fazer parte desse crescimento. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Tem a palavra então o deputado André Guimarães.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD:

«Quem contrato ou quem deixo de contratar? Isto foi uma expressão aqui ouvida hoje. Eu agora tenho que dar conta sobre quem contrato e quem deixo de contratar. A resposta a isto é sim. A resposta a isto é sim. Quem contrato e quem eu deixo de contratar, sim, eu tenho que dar conta sobre isso, se sim, eu for presidente da Câmara Municipal, seja de Ílhavo, seja de Aveiro, seja de Oeiras, seja de onde for. Sim, tem que dar essas contas e sim, tem que responder aos deputados da Assembleia Municipal, que é o órgão fiscalizador do município. Sim, e não é preciso pôr isso no Relatório da Atividade Municipal. O Relatório da

Atividade Municipal já tem páginas a mais. Eu rejo-me, por a informação que me está diante de mim, que é o Relatório da Atividade Municipal, é a base.gov e é todas as outras fontes de informação, que dispomos, onde a informação é pública, e de facto é público, está assinado um contrato com o Instituto Kaizen, com 153 dias de execução. Os 153 dias já passaram. E, portanto, os trabalhos continuaram ou não continuaram, terminaram ou não terminaram. E se terminaram, quais foram os resultados? É tão simples como isto. Porque se eu contrato um serviço e o serviço acaba, eu só vou pagar, se me derem o serviço todo, certo? Portanto, eu não estou aqui a sacar nenhuma responsabilidade maior. Eu estou a perguntar, de facto, se aquilo que está no caderno de encargos está ou não concretizado.

Porque sim, nós temos que dar contas daquilo que fazemos. Porque senão põe-se no meu lugar. Eu era Presidente da Câmara, um contrato que eu assinei já terminou, já apresentei uns dashboards bonitos no Relatório da Atividade Municipal e andei um ano inteiro a falar sobre isto. Não perguntava. Claro que sim. Se calhar se não falasse tanto... Eu se calhar nem ia ler tanto, não é? Que é preciso até... Temos aqui, portanto, na Igreja, que se interpretava a Bíblia e não sei o quê. Eram assim as coisas. Portanto, nem se lia. Tinha que pedir a alguém que nos dissesse o que estava lá escrito. Não. É assim. Eu estou na Assembleia Municipal. Eu não estou no rádio, eu não estou no Preço Certo, eu não estou... Eu estou na Assembleia Municipal. Eu estou a fazer uma oposição que eu acho que é responsável, baseada em factos que me são colocados. E, portanto, as perguntas estou a fazê-las no local que me assiste, com base naquilo que tenho. Portanto, não estou a acusar que os trabalhos estão mal feitos ou não estão mal feitos. Não sei. É por isso que eu venho aqui perguntar, para obter esclarecimentos. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Tem a palavra o deputado Flor Agostinho.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Eu só venho aqui agradecer ao Sr. Vereador a gentileza que teve em me responder às perguntas que eu lhe formulei muito direcionadas e muito concretas. E acho que as respostas foram suficientemente esclarecedoras. Apenas dizer que quando falei no calvário, relativamente ao anterior, não foi um carácter pejorativo. Foi pelo contrário. É o reconhecimento de que obras são um calvário, para a população, mas são obras. E as obras são necessárias. É bom que se façam obras. E é isso que deseja uma população. Portanto, não foi com esse carácter que lhe quis dar. E lamentar, mais uma vez, a intervenção do Sr. Presidente, que fala, fala, fala, mas nós não compreendemos nada. Ainda hoje não estou a perceber. Quer dizer, mentiras, falou-se em mentiras, coisas que não tinham nada a ver com as minhas perguntas, não estavam diretamente relacionadas com as perguntas concretas que eu formulei ao Sr. Vereador. E que teve sim, Sr., o Sr. Vereador respondeu na íntegra. E agradeço-lhe mais uma vez.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Deputado. Agora, a deputada Margarida Alves, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento a restante mesa, os deputados municipais. Boa noite, Sr. Presidente da Câmara. Na sua pessoa, cumprimento os vereadores do Executivo. Queria dar, à semelhança do Luís Leitão e do Flor Agostinho, uma palavra para o José António Arvins. Um momento difícil, porque a família, o conceito de família é um conceito de mulher. Amanhã é o Dia da Mulher e vamos nos despedir, uma grande mulher, uma grande mãe, uma grande filha. E isso deve ser relevado, porque, muitas vezes, um autarca abdica da sua vida pessoal e de acompanhamento à família, em prol dos outros. Portanto, eu quero agradecer, aqui publicamente, tanto ao José Arvins como à família, o tempo que dedica, em prol dos outros, abdicando muitas vezes de estar com a sua família. Relativamente ao documento, tenho de agradecer os 10 minutos que são utilizados na apresentação do Sr. Presidente da Câmara, os 12 minutos de resumo do deputado Rufino e depois passamos ao debate e às questões naturais. Assim, antes de mais, eu quero agradecer, já que foi permitido falar neste assunto, o Partido Socialista, que pôs a scuts na A25. Foi o Partido Socialista que tomou esta decisão governamental e foi o Partido Socialista que levou a que muitas pessoas do interior, e a minha origem é serrana, eu sou da Serra da Estrela, e vos garanto que quem vem da serra não é quem ocupa o estacionamento. É quem vive nos arredores das praias, que faz o estacionamento ilegal. Quem vem passar férias do interior do país, são todos bem-vindos, param o seu carro

e fazem as suas férias. Alugam o seu local de férias, não são eles que congestionam o trânsito nas nossas praias, não são eles que fazem os estacionamento ilegais. Portanto, venham os turistas, porque são bem-vindos. Mais vos garanto, gostaria que se preocupassem primeiro é com aqueles trabalhadores que passam nas scuts todos os dias e têm que pagar as scuts para irem para o seu local de trabalho, que vivem ao nosso concelho. Isso para mim é que é preocupante. Temos uma zona industrial e nós para ir àquela zona industrial, se tivermos que fugir do trânsito, nós vamos passar por uma scut. E está a cair na conta a ordem daquele trabalhador. E as entidades patronais não retornam este valor. Portanto, seria bom que de facto houvesse um empenho de todos os autarcas. E acho que sim, que nós, Partido Social Democrata, não fomos nós que criámos as scuts. Aliás, dissemos que seria uma dívida que nunca mais teria fim, porque não tinha fim à vista.

Relativamente à obra de saneamento da Gafanha da Encarnação, meu caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, a deputada Sara Fernandes já colocou a questão três vezes. Ainda não conseguiu uma resposta. Então eu vou factualizar. A obra foi adjudicada pelo anterior executivo no dia 8 de setembro de 2021, 5,8 milhões de euros, prazo de execução, 30 meses, ou seja, dois anos e meio. O Sr. Presidente da Câmara leva três anos e meio quase de mandato. A obra não está concluída. Não acha que é a altura de fazer uma avença, provavelmente com o advogado, para questionar judicialmente porque é que a obra não está executada? Porque é que as pessoas continuam a ter estes problemas? Houve alguma... Eu acho estranho, porque a obra na Gafanha da Nazaré, que tem uma dimensão muito superior em termos territoriais à Gafanha da Encarnação, foi cumprida dentro dos prazos. Não haverá aqui alguma falha, Sr. Presidente? Não é a altura do Sr. Presidente usar dos seus meios? Se não tiver capacitação, contrata uma avença. Os advogados estão aí para isso. Contrata uma avença de avaliadores que nos ajudam a perceber onde é que está o problema. São pessoas com formação superior. Qual é o problema? Faz avenças para tanta coisa, porque é que não faz aquilo que tem impacto na vida das pessoas? Porque as pessoas questionam, Sr. Presidente, as pessoas questionam, porque é o dia-a-dia delas. Tanto vale o cidadão da cidade de Ílhavo, como o cidadão de Vale de Ílhavo, como o cidadão da Vista Alegre, como o cidadão da Gafanha da Encarnação, da Gafanha do Carmo, Gafanha da Boavista, Gafanha de Aquém, Gafanha de Nazaré, lugar da Praia da Barra, lugar da Costa Nova. Todos valem o mesmo. Parece que não. Portanto, a Sara já questionou três vezes. Agora eu factualizo. Foi adjudicada em setembro de 2021, uma obra de 5,8 milhões de euros, com prazo de execução de 30 meses à empresa Cargos Pinto, S.A. A mesma empresa que fez a obra na Gafanha de Nazaré. Quando nós estávamos no Executivo, correu bem, se calhar havia fiscalização. O Sr. Presidente da Câmara que está a colocar o ónus nos trabalhadores desta Câmara Municipal, não somos nós. E seria bom que também olhasse para o exemplo do Executivo anterior, em vez de... É muito bom aparecer nas televisões, de facto. Mas nós temos que fazer a trabalho. O Executivo anterior pegou no Plano de Ação Litoral 21, que foi divulgado em 2017, onde fez uma intervenção de... Eu tenho aqui... Eu aqui agora tenho que usar o meio. Em julho de 2020, foi celebrado o protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a recuperação e estabilização do cordão litoral entre as praias da Barra e da Costa Nova. Foi lançado um procedimento concursal. Foram mais ou menos 400 mil euros, na altura. Vão fazer a obra. E vem a época balnear. Resolveram ou não resolveram os problemas durante X tempo, que não sabíamos e está identificado que o que o mar é tirado, o mar vem buscar. E o Sr. Presidente da Câmara, em 3 anos e meio, o que é que fez? Resolveu pôr ali uns passadiços de forma desmedida. Provavelmente nós também erramos. Se me perguntar a mim, sim, internamente debatemos esse assunto. Havia muitos de nós que não concordávamos com aquilo que foi feito. Não quer dizer que se fosse eu.

Mas os passadiços... Nós estamos a invadir uma zona dunar. Quanto mais o Sr. puser passadiços, mais as dunas e o próprio mar tomam conta do assunto. E o desgaste da orla costeira vem, não é daqui. Vem desde o norte do país, do rio Douro, e vai até lá baixo. Portanto, não é quando o passadiço cai que nós temos que aparecer. Nós temos que tomar decisões, usar os planos que existem, ir aos concursos que existem, aos fundos comunitários que existem. Esta obra foi, para não haver aqui erro de quase 400 mil euros, tem uma comparticipação do quadro comunitário de 75%, 12,5% calhou à Câmara Municipal de Ílhavo e 12,5% à Agência Portuguesa do Ambiente. Eu pergunto, Sr. Presidente, o que é que fez pela Orla Marítima a não ser tirar fotografias, aparecer na televisão. Dizer quem pôs lá aquele passadiço que caiu? Não fomos nós, Sr. Presidente, não fomos nós. Mas não tomar medidas e não responder, e diga-me uma coisa, de facto, aqui vou concordar com o que o deputado Pinto Reis afirma. Há expressões que são utilizadas, nomeadamente pelo Executivo, na sua pessoa, Sr. Presidente da Câmara, que são deselegantes, estão no limiar

da boa educação e no limiar da falta de respeito, porque o Sr. falta constantemente a respeito a esta Assembleia Municipal. Disse»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. E agora, por fim, o deputado Sérgio Louro, por favor, tenha a palavra.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Boa noite a todos os presentes e aos que acompanham os trabalhos lá em casa pelas redes sociais. Já aqui várias vezes se falou no kaizen, é um assunto que já conheço há mais de 20 anos, cujas implementações foram desastrosas e pagas a peso de ouro, uma empresa multinacional alemã onde eu trabalhei, isto há 20 anos atrás, portanto, se fala no kaizen, mas uma parte das pessoas não sabe o que isto quer dizer. É, pura e simplesmente, eliminação de desperdício. Importa, portanto, avaliar por parte do Executivo quais são os proveitos que este trabalho, por parte do Instituto, está a ter no nosso município. Aproveito para chamar a atenção que são especialistas a perpetuar os trabalhos. Portanto, chama-se o fazer render o peixe. Portanto, é preciso bastante cuidado e realmente perceber se o trabalho executado por esta empresa se realmente conduziu ou não à eliminação de desperdícios. E com toda a certeza que há muitos desperdícios que se podem eliminar. Entretanto, tenho sido abordado por alguns eleitores relativamente a alguns assuntos que têm a ver com relatórios de atividades. E começo pelo mercado da Costa Nova. Efetivamente, há aqui algumas coisas que foram corrigidas pelo Executivo que já há muito tempo andavam para ser corrigidas, nomeadamente na questão da alocação das bancas da Costa Nova. Mas fui abordado por alguns eleitores que não conseguem perceber porque é que a saída do lado das bancas do peixe tem uma porta automática e porque é que a saída ou a entrada do lado da parte do marisco é o parente pobre e não tem direito a nada. Portanto, Sr. Presidente, os eleitores que me contactaram pediram na minha pessoa para lhe questionar o porquê desta razão. E, portanto, aguardo por esclarecimentos da sua pessoa com toda a certeza há de haver uma razão de ser. Fez na sexta-feira passada, salvo erro... Melhor, na sexta-feira passada... Peço desculpa. Hoje faz oito dias que aconteceu o carnaval dos nossos traquinas, dos miúdos daqui da escola. Este ano, o São Pedro não nos pregou nenhuma partida e, portanto, o tempo foi bom.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Deputado, é sobre a atividade municipal até dia 31 de dezembro. Está bem?»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Mas há de aparecer no relatório da próxima reunião e já vou antecipar.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Continue a sua intervenção considerando a atividade municipal, está bem?»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Tenho uma questão a colocar, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado. Se a questão é sobre esse assunto que foi há oito dias, não a pode colocar porque não está na atividade municipal, está bem? Em apreciação, está bem? Obrigado.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Lamento, mas não... Fica para a próxima questionar algo que me pediram para questionar. Continuando, não sei se repararam, como eu reparei, apareceram uns outdoors curiosos em Aveiro. Eles deviam estar, diria eu, aqui por Ílhavo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Deputado, Sr. Deputado.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Desculpe lá, Sr. Presidente, tem a ver com o relatório de atividades, tem a ver com as ações todas de um tribunal que esta Câmara tem, ok? Peço desculpa, não interrompa porque não pode interromper assim. Isto já entra numa interpelação à mesa. Eu não estou a gostar das suas intervenções, porque acho que é legítimo da minha parte colocar, uma pergunta que os eleitores me pediram para colocar relativamente ao Carnaval.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Se tiver enquadramento na atividade municipal, com certeza...»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Sr. Presidente, o que mais se vê aqui é intervenções de outros colegas que nada têm a ver com o relatório sendo na minha pessoa muito limitado no tempo de intervenção naturalmente posso aproveitar e é uma questão que é importante relativamente ao Carnaval mas já lá vou. Portanto, voltando aos outdoors engraçados eu o que vejo no outdoor é realmente... O povo de Ílhavo exige respostas aos processos criados pelo antigo presidente da Câmara Ribau Esteves. Já só falta um minuto mas vamos esticar um bocadinho tem que ser. Relativamente às scuts efetivamente é uma injustiça imensa, uma parte dos trajetos não pagar-se portagem e aqui para o litoral pagarmos mas queria acrescentar um pormenor ali à colega Margarida que é assim, realmente foi pela mão do PS que estas scuts apareceram mas também não foi pela mão do PSD que elas desapareceram, foi pela mão do partido do Chega conjuntamente com os votos do PS, importa corrigir isso. O PSD não votou a favor e, portanto, relativamente ao carnaval Sr. Presidente, os eleitores querem saber porque ...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Deputado, sr. Deputado, por favor. Nós temos um regimento que foi discutido consigo.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«O seu presidente, eu que vejo aqui, outro deputado, é usar este tempo para que não para isto que eu vou intervir. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Quando o carnaval for em novembro, dezembro, e estiver contemplado na atividade municipal, o sr. Deputado pode trazer esse assunto. Esta bem? Muito obrigado. Muito bem. E passo a palavra, ao sr. presidente da câmara. Faça favor.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou dar a palavra ao sr. Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Obrigado, Sr. Presidente. Deixar só uma nota...»

INTERPELAÇÃO À MESA

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Sr. Presidente. Mais, uma vez, é incorreta a sua intervenção, até porque o Carnaval está no âmbito das atividades escolares. Ok? E, portanto, eu tenho todo o direito de fazer a pergunta, que o Sr. me está a impedir de fazer. E a pergunta que eu tenho para fazer ao executivo não vai interromper porque isto faz parte das atividades escolares, desculpa lá.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Deputado, sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa ou está a fazer ou está a colocar uma questão ao executivo? Eu tenho a responsabilidade de manter a ordem e a organização dos trabalhos. Nós temos um regimento que foi discutido em sede de comissão permanente em que o Sr. faz parte. E, portanto, é esse regimento, que nós temos que respeitar. E, portanto, o Sr. já teve o uso da palavra para abordar, apreciar o ponto em questão. Agora, está a fazer uma interpelação à mesa, queira completar a sua interpelação à mesa, para ele poder depois responder e depois prosseguimos com os trabalhos. Está bem?»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Por favor, Sr. Presidente, não acho que esteve incorreto ao interromper a minha intervenção, uma vez que ela tem a ver com as atividades escolares?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Eu não tenho mais nada a dizer, queira completar a sua interpelação à mesa.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Acho que o Sr. tem que se retratar e esteve mal na sua interferência. O Sr....»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado. Muito obrigado. Agora sim, Sr. Presidente tem a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Gostaria, de saber se recuaram no tempo, uma vez que não houve intervenção, portanto, eu estaria de rever esse tempo, por favor, que não foi o tempo com que arrancámos...»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Obrigado. Bem, aquilo que eu gostava de referir e no seguimento daquela que foi a intervenção da sra deputada Margarida Alves, parece-me injusto da parte da bancada do PSD, alegarem que já houve pedido de esclarecimentos por três vezes à obra de saneamento e que não lhes foram dadas respostas. É mentira mesmo, o que está a dizer, está a dizer que é verdade, mas não é verdade e eu próprio já esclareci, já esclareci bem, esta questão e expliquei de uma forma muito concreta o que motivou o prolongamento desta empreitada. E recordo a rua que a sra deputada Sara referiu, a rua Professor Francisco Corujo e os motivos que com que relacionam o facto de ainda existirem obras nessa rua. E tem que ver com a rede de abastecimento de água. E eu já o referi nesta Assembleia Municipal, que a quando de execução das valas para a rede de drenagem de águas residuais domésticas e da rede de águas pluviais, constatou que não havia possibilidade de executar, porque ela interferia com a rede de abastecimento e verificou-se que a rede de abastecimento também não estava em condições e, portanto, exigia um novo investimento e que fosse refeita. Portanto, foi executava uma nova rede. Também informei na altura, que não era possível fazer estes trabalhos todos na mesma vala, pelo traçado que a mesma tinha. Não só, em termos longitudinais, mas também pelas contas a que cada uma das redes funcionava. Também queria referir que esta obra não começou em setembro como foi referido, mas esta obra teve o seu plano de segurança e saúde, o seu PSS aprovado no dia de 19 de maio de 2022. Com uma data que está, com um prazo de 30 meses e que era previsto ter terminado em novembro de 2024. Portanto, haveria lugar nesse, após essa data a 30 autos de medição, portanto, um correspondente a cada mês. Eu tinha então informado e volto a relembrar o motivo para essa prorrogação de prazo. Todas as outras questões também referimos que a empreitada ainda não tinha terminado, ainda não houve um auto de receção da empreitada, portanto, todas as questões que foram referenciadas em que todas as sessões, foram imediatamente reportadas para a frente de obra, portanto enquanto a obra não terminar, temos que estar atentos. Também houve uma referência à questão de terem promovido pavimentações e julgo que já se estavam a referir neste caso à obra na Gafanha do Carmo, em que foram promovidas pavimentações em zona que têm um pavimento pavê. Essas pavimentações foram feitas, foram pavimentações provisões, ainda bem que tem alguma piada aquilo que estou a dizer, mas estou certo daquilo a dizer. Sr. Presidente não sei se quer interromper, queria só dar uma nota também das questões da Orla Costeira e falar que naquilo que se refere a Orla Costeira, a empreitada na ordem dos 400 mil euros que foi referida e bem, e foi uma empreitada que já foi concluída, portanto, formalmente já no início do presente mandato. Foi empreitada de construção dos passadiços entre a praia da Costa Nova e da Barra e também o reforço da vegetação e a instalação de alguns regeneradores. Hoje o que estamos a discutir é a mesma necessidade do reforço do cordão dunar, com areias e é a essa empreitada urgente que estamos a lutar e que está fora de todas as competências do município. Ainda também naquilo que foi que se refere a Orla Costeira tem sido feito um trabalho muito grande, em que o município tem liderado com os restantes municípios que são afetados pelo plano do Orla Costeira Ovar Marinha Grande, para que, de facto, haja grandes transformações neste plano, e temos-lo escrito e transmitido desta Assembleia em todas as atividades municipais, portanto em sido feito um trabalho, infelizmente não temos conseguido obter os resultados, nem nós, nem os outros municípios, não temos tidas essas respostas. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Presidente, vou ter que o interromper porque tenho um pedido de defesa da honra da deputada Sara Fernandes, está bem?»

DEFESA DA HONRA

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD:

«Sr. Vereador, eu peço imensa desculpa, mas você não deve ter ouvido bem minha intervenção. Eu disse que esta era a terceira vez que vinha cá falar relativamente ao

saneamento da Gafanha da Encarnação. Lamentavelmente enganei-me e falei, erradamente, o nome da construtora que, entretanto, o Sr. Presidente já corrigiu. Agora, relativamente, às obras na Gafanha da Encarnação eu expliquei bem o que é que aconteceu. Se o Sr. não sabe onde é que fica a rua Professor Francisco Corujo, ou onde é que fica a escola centro da Gafanha da Encarnação, isso já não é problema meu. O que é uma vergonha, o Sr. Vereador não saberá onde é que ela se encontra, porque à frente da escola centro tem lá uma lomba que antes era em paralelo e agora tem asfalto em cima e eu me questiono onde é que foi parar o paralelo. Agora, o Sr. estar a dizer que eu estava a mentir, não estava. Agora, se o Sr. não sabe o que temos no nosso município e já não é problema meu, está-me a entender? E eu quando estou a falar consigo, gostava que o Sr. olhasse para mim, da mesma maneira que eu olhei para si. E quando eu me estava a rir, estava-me a rir da vergonha que é o Sr. não conhecer a realidade do nosso município. E eu chamei atenção das coisas que estão, os problemas do nosso município nomeadamente, o alcatroamento que foi feito nessa rua e na rua por trás, concretamente, onde têm as tampas do saneamento que está tudo, esburacado à volta e não tem qualquer típico de sinalização. O Sr. se fôr lá agora, vai ver aquilo que eu falei aqui. Foi tudo factos e verdade. Está bom? Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Vereador, quer defender a honra? Com certeza.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Obrigado, Sr. Presidente. Bem aquilo que eu me referi que não estavam a dizer a verdade mesmo, era quanto aos esclarecimentos sobre essa empreitada. E agradeço a georeferenciação da Sra deputada, quanto à rua Professor Francisco Corujo, eu não sei exatamente as coordenadas, mas sei como lá chegar, e estou certo da rua que lhe referi e as questões das redes. Portanto, eu não tenho qualquer dúvida. E mais uma vez, lhe refiro que a obra ainda não está acabada, sabemos todas as questões. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Agora sim, Sr. Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu relativamente à obra de saneamento, a Sra Sara participo pela segunda ou terceira ou quarta vez, enquanto a obra estiver a decorrer eu acredito que irá participar sempre. Nós vamos fazer o nosso trabalho, estamos a fazê-lo, o Sr. Vereador já teve o cuidado de explicar várias vezes o mesmo assunto. Gostamos de colocar sempre aqui na engrenagem tal e qual como alguns metem óleo, outros metem areia. E, portanto, vamos metendo. Eu espero que a empreitada acabe bem, que os municípios fiquem satisfeitos com o resultado, sabemos, perfeitamente, através do Presidente de Junta, a qualidade de algumas asfaltagens que foram lá feitas, que ele transmitiu-nos isso, transmitimos isso ao empreiteiro, temos esse cuidado. E, dir-lhe-ia, o seguinte, a si e a todos os deputados nesta Assembleia e quem me ouve lá em casa. Quando referem que eu possa não responder e agradecendo a resposta, percebe-se bem o alvo das intervenções, e o porquê das vossas intervenções todas, há muito tempo, estou completamente descansado, estive nesta Assembleia já muitos anos, nunca vi tal aparato de isto tudo, de certeza, representa a qualidade das pessoas, vão restando nesta Assembleia, de alguns partidos políticos. Mas isso nós estamos capazes de fazer essa leitura como os municípios também estão. E, portanto, olhe, fico muito grato, outra vez, de vir cá com essa intervenção, como lhe disse e digo à Margarida, utilizarei sempre essas intervenções, também para persuadir também, aquelas pessoas que trabalham connosco. Quanto à Margarida, queria acrescentar-lhe mais uma coisa. O passadiço que foi mesmo embora foi esse, dos 400 mil euros, foi mesmo esse que foi embora. A primeira vez e agora a segunda. E, portanto, é mesmo o problema que o Sr. Vice-Presidente está a dizer, é mesmo o reforço e o trabalho da orla costeira que tem que ser repensado e só há uma coisa que é a agência portuguesa do ambiente e desde o mês 4 de 2023, que esta câmara tem trabalhado. Primeiro, sem presidente da agência portuguesa do ambiente e com um vice-presidente que se chama Eng. Pimenta Machado, com quem me comunico. Tive ainda agora, o cuidado de ver isso, antes de falar consigo. Portanto, temos feito esse trabalho. Portanto, dir-lhe-ia como presidente da câmara não lhe admito a maneira como a Sr.a se expressa naquele púlpito mas, ficamos tranquilos. Quem nos ouve lá em casa sabe bem onde quer chegar, sabe bem o caminho que tem feito na política e, portanto, estamos completamente descansados sobre isso. E, portanto, estamos tranquilos. Espero é que as pessoas tenham uma palavra como tiveram, a primeira vez que tivemos que tivemos que reformular o

passadiço na Barra, porque já estava soterrado o outro e nos arranjaram 74 mil euros e a Vagos também arranjaram aqui. Assinámos um protocolo. Fizemos a inauguração e o fecho desses 400 mil euros também nós, com a Agência Portuguesa do Ambiente. Pode ver esses documentos, estão retratados também. Nessas coisas que a Sr.a gosta de me ver, já percebi também nas fotografias e nas imagens de televisivas que gosta de ver isso. E, portanto, fico contente. Portanto, temos feito este trabalho paralelamente com a Agência Portuguesa do Ambiente. E, dissemos-lhe também ultimamente, gostaríamos de ver a reposição daquilo passadiço, repensado de uma forma que nos garantisse maior estabilidade durante os anos. Porque a nós preocupa-nos o dinheiro que é deitado fora nestas matérias. E o reforço do shot. E a única vantagem que nós temos aqui é de termos um Porto de Aveiro que tem uma missão de descarregar todas as areias das dragagens na deriva e que agora vai ser projetada para a zona branca ou para a zona onde temos o areal, para reforçar essa orla costeira, e vamos ter que o fazer, se calhar mais frequentemente. E oxalá que não tenhamos que fazer um shot, que seja cinto, para o lado de cá para trazer a areia que está lá.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Queira concluir Sr. Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado. E portanto, dentro disso eu ficava-me por aqui. Quanto ao Sérgio, eu acho que kaizen não quer dizer, quer dizer mais perfeição.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sr. Presidente, já esgotou o seu tempo. Queira concluir por favor»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado. Sr. Presidente»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, muito obrigado. Terminadas as intervenções, a mesa considera como apreciada a comunicação do presidente da Câmara sobre a atividade municipal entre o dia 1 de novembro e o dia 31 de dezembro de 1924.

E eu proponho agora um intervalo de 10 minutos. Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos, para intervalo.

Ponto 3. "Projeto de Regulamento de Funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Meus Senhores e minhas Senhoras, vamos reiniciar os trabalhos, por favor. Tomem os vossos lugares.

Vamos então passar ao ponto 3, projeto de regulamento de funcionamento do serviço municipal do proteção civil e começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Este projeto tem como missão também enquadrar aqui toda a legislação dispersa e que se relaciona com estas matérias da proteção civil e dar também força aquilo que é a comissão municipal de proteção civil, aquilo que é o centro e aquilo temos vindo a trabalhar sobre a coordenação municipal, onde temos um coordenador municipal e também a atividade disciplinar, a atividade do serviço municipal do proteção civil. Com entidades convidadas, não pedimos deixar de ter aqui os bombeiros, as forças de segurança também, neste caso GNR, a Autoridade Marítima e demais forças que pudessem participar, as juntas de freguesia e mesmo a nossa Câmara. E, portanto, houve neste percurso também a consulta pública, os 30 dias, não houve participação de ninguém sobre isso, houve algumas anotações que registo com agrado e que tiveram depois a explicação também na reunião de Câmara de Sr. Vereador Paulo Nunes, e, portanto, o município de Ílhavo, apresenta também juntamente com outros municípios fora da região da Aveiro, já esta preocupação de ter este regulamento do funcionamento do serviço da proteção civil destacando-se aqui como um dos primeiros municípios então da região da Aveiro a apresentar, senão o primeiro, a apresentar

este serviço. E também à data de 21, portanto, que seria a nossa reunião, também iniciámos também o processo de consulta pública, que é do conhecimento de toda a Assembleia, dos Srs. Vereadores, do regulamento de gestão de combustíveis em espaço urbano, onde também estamos aqui com algum destaque e alguma linha dianteira também neste processo sendo também na região da Aveiro, o primeiro município também a apresentar já em consulta pública este regulamento de gestão de combustíveis em espaço urbano.

Portanto, Sr. Presidente, não há muito mais a dizer, o documento está na mão dos Srs. deputados municipais, na mão do Sr. Presidente, e portanto, esperamos à aprovação deste mesmo documento. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou então abrir a primeira ronda de inscrições, intervenções essas que vão começar com o PSD, portanto, alguma inscrição do PSD? Temos a inscrição do Flor Agostinho. Do chega? Muito bem. Do Partido Socialista? Não há nenhuma inscrição. Do Unir Para Fazer? José Pinto Reis. Muito bem, vamos então começar pela intervenção do deputado de Flor Agostinho.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Eu penso que já foi dito tudo pelo Sr. Presidente, enfim, também nós sabemos que houve uma intervenção do nosso vereador, Paulo Nunes, em todo este processo que é muito técnico, tivemos o prazer de o ler. A mim só me resta aqui uma dúvida, quer dizer, falamos em projeto de regulamento, nós estamos a aprovar um projeto ou um regulamento? Quer dizer, isto já não é um documento definitivo, é que depois no próprio documento, começa ao preâmbulo do documento, fala em projeto de regulamento, mas o artigo 1 já refere regulamento, o artigo 2 refere regulamento. Quer dizer, chegamos a esta fase, já passámos por todas as fases, o que é que vamos ficar? Vamos ficar com um projeto de um regulamento? Ou vamos aprovar um regulamento? Fiquei com esta dúvida, quer dizer a questão técnica para mim não tem dúvidas, aquilo é muito técnico e enfim, mas não sei o que nós vamos aprovar, se é um projeto se é um regulamento. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Mais uma vez, boa noite. Só mesmo para referir o carácter inovador e a preocupação que este executivo tem tido na questão da proteção civil, com aquilo que foi a contratação de um coordenador da proteção civil, antigo profissional e que agora culmina com este regulamento. Esperamos que grande parte das capacidades e das valências, aqui previstas, não sejam necessárias, mas é bom tê-las previstas e é bom que estes regulamentos existam, e que haja capacidade de fazer esta coordenação e por isso está de parabéns o executivo e esperamos a sua aprovação. Muito obrigado.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:

«Muito obrigado, Sr. deputado, o Sr. Presidente tem a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Não tenho nada a dizer. Muito obrigado.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:

«Então, coloca à votação a segunda ronda. Alguém se quer inscrever para a segunda ronda? Margarida. Do PS? Do Unir Para Fazer? Chega? A deputada Margarida tem a palavra.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu parto do princípio que aquilo que estamos e reformulo novamente a questão, isto é, a versão final do projeto, portanto, se nós aprovarmos este documento, deixa de ser projeto para passar a regulamento, sim ou não?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Creio que não há mais nenhuma segunda intervenção, portanto, Sr. Presidente, tenha a palavra, por favor.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Depois das intervenções e numa nota final, portanto, aquilo que nós trazemos aqui, era que se uma vez que passou na reunião de Câmara, se não passasse aqui teríamos que rever com as anotações que estavam aqui feitas ou que poderiam

surgir aqui. Portanto, o regulamento não teria a sua eficácia. Sendo assim, fica à consideração dos Sr.es deputados a aprovação deste regulamento. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, não havendo mais intervenções. Então vamos a votar o regulamento de funcionamento do serviço Municipal de Proteção Civil. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 4. "Concessão do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na praia da Costa Nova do Prado".

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Passemos então ao ponto 4, concessão do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na Praia da Costa Nova do Prado e começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta é uma situação que tem de ser aprovada por esta Assembleia para existir a concessão do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na praia da Barra, portanto, fica naquela zona frente ao mercado, já na zona, portanto, ali, que foi criada para onde estão algumas barracas de venda de faturas e isso tudo, portanto, pedia também à Assembleia a sua aprovação. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Nós verificamos que este documento faz referência, a proposta faz referência ao acompanhamento de 4 ou 5 documentos. Consultado os documentos, não encontramos estes tais documentos que deveriam anexar ou deviam acompanhar a proposta, nomeadamente a proposta faz referência ao anexo A e ao Anexo B. O Anexo A e o Anexo B não nos foram entregues ou pelo menos eu não os descobri e a minha dúvida é saber junto dos colegas se alguém descobriu estes 5 documentos no ponto 4, já que eu não os encontro. Não os encontro na proposta e como tal, como eu acho que isto deve fazer parte integrante da proposta para ser avaliada e ser analisada. Sr. Presidente, eu vejo-me na obrigação de não estando munido dos documentos todos para analisar a proposta, vou ter que fazer o seguinte, é retirarmos da mesa, da reunião e não poder apreciar este papel, este documento porque não estão munidos dos documentos para o poder apreciar. Se Sr. Presidente, quiser ver não está lá o ponto um, o anexo um o acordo de parceria que nós não sabemos qual é o acordo, o programa do procedimento, caderno de encargos, o anexo A à própria proposta e o Anexo B da própria proposta, não constam nos documentos. Quer dizer, se não constam, não estou habilitado. Desculpe.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«O entendimento da Mesa é que os documentos que acompanham, que é o que está aqui redigido, documentos que acompanham a proposta são documentos adicionais ou complementares que não podem, que podem ajudar na análise, mas fazem uma contextualização à fundamentação da proposta, mas que não são necessariamente parte integrante dela e por isso é que nós quando recebemos esta documentação, não alertámos a Câmara Municipal da falta desses mesmos documentos, porque se tivesse aqui redigido documentos que integram a proposta, então aí sim estariam em falta, mas deixo à deliberação desta Assembleia Municipal se estão na posse de toda a informação para apreciar este ponto.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Sr. Presidente, mas se é acompanham ou integram, eu pergunto; os últimos parágrafos da proposta não falam no anexo A e no Anexo B? Deviam integrar. E já agora lhe pergunto, no ponto 5 também faz referência ao acompanhamento de 3 documentos? Documentos que acompanham a proposta, requerimento parecer técnico e planta de localização estão lá e integram a proposta porque a proposta também diz no último parágrafo, conforme a planta anexa. Quer dizer que será dois pesos e duas medidas. Quer dizer, podemos avaliar o ponto 5 e apreciar e discutir o ponto 5 e o ponto 4 que não tem. Quer dizer, eu acho que não devíamos analisar. Eu proponha que este ponto eventualmente transitasse para a próxima reunião que é já daqui a um mês.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem. Eu pergunto aos líderes se estiveram na posse de toda a informação para apreciar este ponto. »

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Efetivamente falando pelo Chega, concordo ali com o colega Flor Agostinho. Também não me tinha apercebido disso e penso que o colega tem toda a razão, portanto, acho que devemos passar isto para uma apreciação futura quando estivermos na posse de toda a documentação.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS:

«A questão que se coloca na nossa perspetiva é que é incompleta a nossa capacidade para decidir sobre isto. Eu acho que é obrigatória, é tudo uma questão de semântica, mas é obrigatória para poder julgar em consciência. Não é uma das causas maiores que nos impeça de fazer as coisas de forma estruturada e por isso a bem de tudo acho que deve passar para a próxima Assembleia. Dava-nos algum conforto para nós, que temos vereadores e o executivo votaram todos em sintonia, mas isso não nos obriga a ir atrás das opiniões deles ou a estar a votar uma situação que está em falta. E depois por último trata-se de uma questão sobre a Costa nova. O Presidente, quando apresentou agora a questão, falou na praia da Barra. Enganou-se. Tudo isto gera uma série de circunstâncias que eu proponho por tudo isto e mais a dúvida que se levantou, que fique para uma próxima reunião dentro de 30 dias. Acho que não está em causa e na verdade, eu na semana passada apercebi-me disto também. Julgava que ainda iam emendar que tínhamos mais de 30 dias. Acho que neste momento não, como tínhamos mais 8 dias. Acho que neste momento não há condições para votar este ponto. Passávamos à frente, incluímos isto numa próxima reunião.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Boa noite, sei que será irrelevante aquilo que será a nossa opinião e nós consideramos que a proposta identifique cabalmente aquilo que se trata e que os documentos em anexo sendo necessários e deveremos devendo estar na proposta, não alteram a nosso sentido de voto, nem alterarão o nosso julgamento da proposta, julgamos que haveria condições para a votar. Percebemos a argumentação da parte das oposições mas achamos que a informação, a proposta é rica nas informações que identificam claramente aquilo que se trata. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Bem, muito bem. Tendo em consideração as posições dos líderes, Sr. Presidente, não estamos na posse de toda a informação para apreciar este ponto.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Se me permite só esta observação, os dois grupos que manifestam esta decisão, tiveram na reunião de Câmara onde tiveram presentes estes documentos, evidentemente possam ter sido partilhados ou não. Isso já não é uma questão que me cabe a mim aqui responder sobre isso. A associação dos documentos para esta Assembleia, que foram enviados muito antes do dia 21, prezo não termos tido essa hipótese até hoje, dia 7 de Março, de ter corrigido isso, se era essa a falta para tomarmos agora aqui uma decisão, mas caberá ao Sr. Presidente essas decisões, como o envio, a preparação destes pontos para a Assembleia Municipal e como lhe agradei também a mudança do ponto um para o ponto 2 e do 2 para o ponto um para termos já hoje aprovada também ou naquele dia, na primeira reunião, aquilo que era o desempenho orçamental, portanto, só me resta agradecer. Mas assim como observador, neste caso não via aqui problema nenhum sobre esta situação, uma vez que todos os grupos conheciam bem o documento, as propostas, portanto, foram a reunião de câmaras, exceto o Chega e, portanto, que manifestou o seu desagrado e, portanto, estarei solidário consigo. Mas, como lhe disse também, os documentos chegaram à sua mão 5 ou 6 dias antes do dia 21. E, portanto, hoje estamos no dia 7 de Março, mas tudo bem aceito perfeitamente. Isso é o que o Sr. Presidente decidir. Eu cá estarei, penalizem um todo, mas cá estamos. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. O entendimento da Mesa foi aquele que eu partilhei logo de início. Os documentos não são enviados pela Câmara Municipal para a Assembleia Municipal,

na pessoa do Sr. Presidente, são enviados para o núcleo de apoio, que, por sua vez, os partilha com todos nós, incluindo comigo e, portanto, e como entendimento, quando recebemos a documentação da Mesa, foi este, mas coloco também está à deliberação. »

INTERPELAÇÃO À MESA

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita discordar com o Flor Agostinho e com o Luís porque de facto, no documento e isto é claro. Com a aprovação deste documento é que são designados os membros do júri, por exemplo, que está a acompanhar e delega nos membros do júri. Portanto, permitam discordar convosco e aqui estar de acordo com o documento ser apresentado e com aquilo que a Mesa deliberou. E da minha parte, creio que este documento é perfeitamente aceitável para votação imediata. Era só isto que eu queria que constasse em ata. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos colocar à votação a passagem deste ponto para a próxima sessão ordinária. Quem vota contra a passagem deste ponto para a próxima sessão ordinária, quem vota contra? Quem se abstém?

Portanto, o ponto 4, concessão do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na Praia da Costa Nova do Prado foi votado por ser apreciado para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal de Ílhavo, por maioria com 7 votos contra do Unir Para Fazer, uma abstenção da deputada Margarida Alves, do PSD e 15 votos a favor do restante Grupo do Partido Social Democrata, do Grupo do Partido Socialista e do representante do Chega.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer':

«Tendo em conta o tipo de votação que foi feita, queremos deixar claro que votamos contra porque consideramos que há condições para votar hoje. É isso que é que queremos deixar muito claro.»

Ponto 5. "**Alteração de implantação e traçado de caminho público municipal**".

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos então passar para o ponto 5, alteração de implantação e traçado de caminho Público municipal e começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente, isto trata-se de um processo simples, mas que tem que passar este passo também aqui no órgão deliberativo, que é a aquisição de um terreno por parte do atual proprietário, que era confinante de nascente com este caminho. Adquiriu um terreno a nascente desse mesmo caminho e quer neste momento fazer a alteração do traçado e, portanto, terá que ter aqui a aprovação, na zona das Ervas. Portanto, junto da empresa Motofil e, portanto, deixa à consideração da Assembleia a votação. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Abro as inscrições, começando pelo PS. Alguma inscrição por parte do Partido Socialista? Não. Do Unir? Também não. Do PSD? Também não. Do Chega? Sr. Presidente, tem mais alguma coisa? Não? Muito bem. Então vamos proceder à votação.»

INTERPELAÇÃO À MESA

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau Esteves:

«Informo a Assembleia que eu entendo não dever participar nesta votação. O CEO da Motofil chama-se Sérgio Ribau Esteves, é meu irmão, por isso eu vou ausentar-me da sala e não participarei na votação.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção. Portanto, a alteração de implantação e traçado de caminho Público municipal foi aprovado por maioria, com zero votos contra, uma abstenção e 21 votos a favor.»

Ponto 6. "**Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo**".

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos passar para o ponto 6, Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo e começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra a Sra Vereadora Mariana Ramos.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos:

«Muito obrigada, Sr. Presidente. Bem o documento que é apresentado neste ponto decorre exatamente da aprovação por parte do Conselho Municipal de Saúde, reunido num primeiro momento em que não obteve quórum necessário para a aprovação do mesmo sendo que nesta última sessão foi reunido o quórum necessário e essencial para poder aprovar o Regimento deste órgão consultivo. No decorrer da extinção das ARS e do ACS, vimos também, necessário rever aquela que seria a composição deste órgão a quais as entidades e os seus representantes a serem convocados para integrar o mesmo, sendo que a última ação já decorreu exatamente com a composição a seguir, aquela que é a circular por parte, uma circular informativa, por parte da administração central do sistema de saúde, que indica que deve estar representado um elemento da unidade local de saúde e este município optou também por acrescentar representantes das respetivas unidades de qualidade de saúde primário do nosso território. Este órgão consultivo terá em breve uma emissão de pareceres no âmbito da estratégia Municipal de saúde, que irá ser desenhada e apresentada, por parte de uma entidade que já foi adjudicada para esse trabalho, que se prevê em conjunto naquele que é o resultado final esperado, que efetivamente se construa uma estratégia municipal de saúde, com um plano bem definido com ações e com envolvimento de todos os parceiros que implicam esta em matéria de promoção de cuidados de saúde e também o bem-estar e a vida saudável. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos abrir as inscrições. Do Unir alguma inscrição? Do PSD? Do Chega? Do Partido Socialista? Sr. Presidente, pretende partilhar mais alguma informação?»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente é tudo muito bem.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos então proceder à votação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o Regimento do Conselho Municipal de Saúde Ílhavo foi aprovado por maioria, com zero votos contra, uma abstenção do representante do deputado do Chega e 22 votos a favor.»

Ponto 7. "**Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2025**".

Ponto 8. "**Relatórios de Execução relativos aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (2024)**".

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos

«Vamos passar ao ponto 7, contratos interadministrativos com as juntas das freguesias para o ano de 2025. Sr. Presidente, tenha a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente, eu propunha à Assembleia, se assim entendermos acabar hoje, trocamos o ponto 8 pelo ponto 7 e o 7 pelo 8 só porque falaríamos dos relatórios e fechávamos o ano 2024 e depois aprovaríamos os próximos. Se assim for considerado por vocês fazíamos só esta troca, não causa grande alteração à Assembleia, um é para conhecimento e o último seria para aprovação. Se assim entender, está bem, Sr. Presidente, muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Sim, a Mesa não vê qualquer inconveniente disto, portanto, então avançamos. Fazemos aqui a troca, vamos para o ponto 8 e depois voltamos ao ponto 7. Portanto, ponto 8 relatórios de

execução relativos aos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia 2024 e agora sim, Sr. Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Não tenho muito a dizer, portanto, estamos a fechar aqui o ano de 2024 com mais tempo ou menos tempo por parte dos seus presidentes. Se houver alguma interpelação, passarei ao meu vereador das freguesias para justificar algo que possa ter que ser esclarecido para além dos relatórios que estão em vossa posse. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Bem, vamos então abrir as inscrições do Partido Social Democrata. Alguma inscrição? Temos o deputado Luís Diamantino. Do chega? Do Partido Socialista? E do Unir Para Fazer? Muito bem. O deputado Luís Diamantino, por favor.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD):

«Ora bem, boa noite a todos. Sr. Presidente, com esta mudança, trocou-me as voltas, trocou o ponto e trocou as voltas que eu era para falar só no seguinte e já rematava os 2 assuntos assim tenho que vir cá no seguinte. Só dar nota e até porque desde a intervenção do Luís Leitão, há umas assembleias de atrás em que fez um puxão de orelhas aos presidentes de juntas, e eu senti esse puxão de orelhas, dar nota que de facto o meu relatório está incompleto por um problema informático que tive, ainda não está totalmente resolvido. O equipamento, o software onde estava está entregue ao informático e só desmontando as placas e os discos e não sei quê que, ele vai conseguir sacar o resto para depois completar o meu relatório e dar nota que, de facto, ainda não terminei tudo o que diz respeito ao ano 2024. E o tempo não está a ajudar para terminar e era isso que eu vos queria dizer, reconhecer aqui que o meu relatório está incompleto e também ainda não terminei tudo o que estava no meu contrato interadministrativo de 2024. Era só isso.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente. Tenha a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Obrigado, Sr. Presidente, vou dar a palavra ao Sr. Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Pronto, só uma consideração final. Apenas neste relatório, a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, já tinha todos os seus trabalhos concluídos, portanto as outras 3 juntas de freguesia, ainda terão que entregar o relatório complementar, conforme previsto nos contratos assinados até ao final do primeiro trimestre de 2025. Portanto, contamos na próxima Assembleia já podermos trazer então o relatório final do ano 2024. Muito obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«É tudo Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Pergunto se algum dos deputados quer utilizar? Não. Sr. Presidente, mais alguma informação? Não. Muito bem, então. Concluídas as intervenções delibero que foi tomado conhecimento do ponto 8 e então voltamos ao ponto 7 contratos interadministrativos com as juntas de freguesia para o ano de 2025. Sr. Presidente, tenha a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente, resta-me só agradecer a participação das juntas em mais uma discussão, com juntamente com o Sr. Vereador, fui acompanhando pelas reuniões que tenho com o Sr. vereador sobre estas matérias, aquilo que foi a apresentação dos trabalhos por parte dos Presidentes de Junta relativamente às matérias e às pretensões que querem para os seus territórios, algumas bastante ambiciosas e que espero que se concretizem neste período mais curto de governação visto e acabámos de constatar isso que temos que ter aqui ainda uma parte final, mas como eu disse, deveríamos ter fechado isto tudo e com respeito à Junta de Freguesia da Nazaré, o Sr Vereador, referiu isso mesmo, do fecho dos trabalhos e entrega do relatório. Aguardamos que as outras juntas possam concluir os mesmos também, entregar os processos para fechar e concluir e não haver ainda mais prolongamento desse prazo.»

Entendemos também que desde 2022 que temos vindo a subir gradualmente, esta intenção da nossa parte, também de sentir as preocupações da Comunidade e que é transmitidas aos Srs. Presidentes de Junta e, portanto, através do trabalho das juntas de freguesia, ir colmatando também aquilo que são ineficiências que temos naquilo que é o espaço público e também, outras obras e outras fórmulas também têm sido encontradas, também de comemorar junto com os munícipes, também a alegria de ver mais obras e mais realização por parte das Juntas de Freguesia e, portanto, se em 2002 para 2023 falávamos aqui de um aumento a rondar os 8,3% em 2023/2024, falámos em 15% e de 24 para 25 em mais 15%. Portanto, registamos aqui um aumento de aproximadamente 19,55% nestes contratos que se cifra neste momento nos 657.500 € para as Juntas de Freguesia, para as quatro Juntas de Freguesia, por uma capitação que sempre foi feita inicialmente com base naquilo que era o valor das transferências do Estado para as Juntas de Freguesia que hoje já não pode ser tomado em linha de conta por alguns ajustes e por as correções que a lei das finanças locais tem vindo a fazer também a esses montantes e que também cabe a uma decisão do Governo também decidir quanto àquilo que são as pretensões das Juntas de Freguesia, sabendo que neste momento até temos mais 352 Juntas de Freguesias pela aprovação da lei ontem mesmo e portanto, vamos ter ainda mais responsabilidades em termos de Juntas de Freguesia. E, portanto, das 3.091 que tínhamos, passamos quase a ter 3.432, salvo erro. Não tenho bem a certeza, mas é isto que nós queremos e penso que as Juntas de Freguesia também por este acordo que foi feito e que foi já também validado nas suas assembleias municipais e nos seus executivos, portanto, mostra o entendimento que sempre existiu e continua a existir entre aquilo que é a pretensão do executivo municipal e das Juntas de Freguesia e posteriormente as suas assembleias. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Aceito agora, então inscrições. Do Unir Para Fazer? Temos o deputado José Pinto Reis e o Presidente João Braga. Do PSD? Não há nenhuma inscrição. Do chega? Do PSD? Luis Diamantino. E do PS? Luís Leitão. Vamos então começar pelo deputado José Pinto Reis, por favor.

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer':

«Apenas para reforçar aquilo que foram as palavras do Sr. Presidente, aquela que é a aposta do executivo no reforço destes contratos interadministrativos e que têm vindo as suas verbas aumentadas anualmente. Tivemos tempos em que se pedia uma retificação e uma melhoria pelo menos acima da taxa de inflação. Aquilo que nós acabamos este mandato é com claramente, uma aposta reforçada nas Juntas de Freguesia, superior àquela que é a taxa de inflação. Por isso, mais uma vez estamos no bom caminho e aprovamos completamente esta decisão do executivo. Saudamos também os presidentes das Juntas de Freguesia e os diferentes executivos independentemente de alguns terem tido mais ou menos dificuldade na sua aprovação na Assembleia de Freguesia, porque nem todos estiveram de acordo com o estabelecimento destas parcerias mas é um bom caminho, aquele que estamos a seguir de apoiar e reforçar as Juntas de Freguesia. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente João Braga, por favor.»

João Eduardo Bonito Braga, Junta de Freguesia de São Salvador ('Unir Para Fazer'):

«Ora muito boa noite. Antes de mais cumprimentar o Sr. Presidente e a Mesa da Assembleia, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o executivo, todos os deputados, quem nos assiste e todos os que nos assistem lá em casa. Bem, o que me traz aqui é umas palavras simples, em primeiro lugar, agradecer a todo o executivo a brevidade do processo, conforme era ansiado nos anos anteriores. Conforme fomos caminhando, o processo cada vez foi-se tornando mais rápido e agradecer acima de tudo, o diálogo que vamos tendo, isto é, fomos tendo ao longo destes 3 anos e conforme foi conduzido este ano, com as propostas que vamos apresentando pela Junta de Freguesia e a sua aceitação. Gostava de deixar aqui também um apelo a todos os deputados sobre a importância destes contratos interadministrativos. Para a Junta de Freguesia de São Salvador são extremamente importantes que é com este valor que nós investimos na íntegra, mas é mesmo na íntegra, em estruturas que são para a nossa população e isso deixa nos muito contentes e queremos mais este ano ou no pouco tempo que temos continuar a trabalhar e pôr este valor na realidade no terreno, para que todas as pessoas os possam usar e acima de tudo, que possam viver com estas motivações que nos guiam. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Deputado Luís Diamantino, Presidente também.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD):

«Eu já ia iniciar fazendo uma interpelação à mesa, mas o Sr. Presidente corrigiu. Chamou o meu colega de Presidente e me chamou de deputado, mas brincadeira à parte. Duas ou três notas disto. Dar nota, logo pelo início que este contrato foi aprovado na minha Assembleia de Freguesia por unanimidade, portanto, não foi na minha Assembleia de Freguesia que não existiu concordância de todos. Subscrevo as palavras do meu colega João Braga. De facto, os contratos interadministrativos têm uma importância tremenda na gestão do que é o fazer a obra nas juntas de freguesia. É o meu último contrato interadministrativo é de facto o meu último contrato. Vai custar, se os outros custaram a pôr em prática, a executá-los. Este vai custar mais. Há uma particularidade do meu contrato, eu basicamente grande parte do meu contrato, é no meu edifício sede da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo e esse edifício sede e isto foi tratado com o executivo da Câmara Municipal, neste momento está a albergar os serviços da ATL que estavam no edifício socioeducativo que se encontra em obras, como vocês sabem e nós temos esperança, e foi conversado isto, que num espaço de 5 meses possam estar realizadas as obras no edifício socioeducativo e que depois ao mudar novamente a casa para lá, eu posso ter o meu edifício livre para poder executar a minha obra. Será em tempo recorde, mas eu, como último contrato interadministrativo que vou executar, terei todo o gosto de deixar uma casa melhor para que o meu sucessor seja ele quem for possa tomar posse nesse edifício renovado e que eu saia desta vida de 12 anos de Presidente de junta, de cabeça erguida que recebi algo e que transformei melhor. Portanto, muito obrigado ao executivo da Câmara por todos estes contratos que realizámos até hoje. Foi célere este ano, foi muito célere, foi rápido, discutimos muito mais rápido do que os anos anteriores. Obrigado pelo aumento. Obrigado também e vocês já leram no contrato a situação da carrinha, de facto, verificou-se que o apoio no ano passado foi um apoio pontual à aquisição da carrinha. Muito obrigado para isso. Muito útil tem sido e agora é só uma situação, é aprovar, assinar e executar. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado Sr. Presidente. Deputado Luís Leitão por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Uma nota muito breve, uma nota essencialmente política. Uma vez que é com algum agrado que reconheço a rendição das críticas dos presidentes da Junta porque desta vez, pelos vistos estão satisfeitos com a forma e com a celeridade. Tenho pena que não esteja aqui o Augusto também, ou Presidente Augusto se assim quiserem. De qualquer forma, eu acho que há aqui uma nota que é, faz lembrar um pouco como nas empresas, quando é altura do reconhecimento para o aumento salarial do ano, há coisas que não se agradecem há coisas que são um reconhecimento do trabalho e, portanto, se houve o aumento é porque finalmente ele chegou e provavelmente só agora é que foi devidamente reconhecida a necessidade do ajustamento das verbas. Eu gostava de salientar uma coisa, independentemente de, tem que acontecer nalguma altura, aconteceu este ano que é um ano autárquico, é autárquico para todos, portanto, não há aqui a componente de dizer que isto é para beneficiar A, B ou C é uma inevitabilidade. Há um soltar um pouco das verbas, em ano de eleições. Eu sou daqueles que gosta mais e por isso critiquei nos últimos 3 anos, de que a estagnação a que foram vetados os vossos contratos poderiam ter sido acompanhados de uma outra generosidade, uma outra racionalidade para que as coisas fossem feitas com uma fluidez que nós merecemos que é manter o pipeline sempre alimentado, em vez de estar sempre a meter ar e depois ligar o motor a toda a força no último ano. Essa é uma das situações no caso do Carmo, em concreto, parece-me que o PS ajudou também para que tivesse um reconhecido protocolo, um contrato. Podias também ter agradecido, já que era a altura de agradecer e, portanto, em nome da Junta de Freguesia do Carmo, não agradeço, mas em nome dos cidadãos do Carmo, um obrigado ao PS pela forma com que lutou pelos direitos da população do Carmo para ter finalmente um protocolo que agradasse a todos. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente tenha a palavra por favor.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Tem a palavra o Sr. Vereador. Se faz favor Sr Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixar só 2 ou 3 notas que não foram ainda faladas, que é uma alteração face aos contratos de anos anteriores, no que respeita aos prazos, portanto, mantem-se em elaboração dos relatórios como tem sido, como tem estado previsto últimos relatórios, mas por proposta de um dos presidentes de junta e face ao facto de estarem num fim de ciclo autárquico, foi solicitada a antecipação da data de pagamento da segunda tranche pelo consequentemente também as datas dos relatórios tiveram que ser antecipados. Portanto, o primeiro relatório terá que ser entregue até 15 de abril, o segundo relatório até 15 de Julho e o terceiro mantem-se com a data de 20 de Dezembro e será necessário um quarto de relatório caso os trabalhos não estejam concluídos até 20 de Dezembro. Deixar também aqui um esclarecimento, o Sr. Presidente já o tinha referido, mas perante a última intervenção recordar que, de 2022 para 2023 houve um aumento de 8,33% no valor transferido para as juntas de freguesia, no âmbito dos contratos interadministrativos. De 2023 para 2024, o aumento foi de 15% e de 2024 para 2025, também um aumento de 15%. Portanto, não foi só este ano, importa esclarecer que tem havido um aumento nos últimos, pelo menos 3 anos e é tudo Sr. Presidente, obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Vereador, é tudo por este momento.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Abro inscrições para uma segunda intervenção, portanto, seguindo aqui a ordem. O Sr. Presidente João Braga. Depois do PSD, alguma inscrição? Não. Do Chega? Temos o Sr. deputado Sérgio Louro. E do PS? Sr. deputado Luís Leitão. Vamos começar então, pelo Sr. deputado, Presidente, deputado, Presidente João Braga. Cidadão, exatamente.»

João Eduardo Bonito Braga, Junta de Freguesia de São Salvador ('Unir Para Fazer'):

«É um bocadinho de tudo, não é? Bem, eu voltei só aqui para deixar mais uma nota só. Esqueci-me e passou-me antes de mais agradecer os 15% que nos são dados a mais este ano, são muito importantes, além do que nós dispomos e do que nos têm sido dado nesta caminhada, falo por mim, destes 3 anos, não sei se cá estarei ou não estarei. Também deixar aqui uma nota que a Junta de Freguesia de São Salvador, o seu executivo e os seus funcionários vão continuar, tenho a certeza a trabalhar nos mesmos moldes, com dedicação e utilizar esse mesmo valor com dedicação, não pensando propriamente em eleições, que isso é o que menos nos importa. Mas deixar aqui um fator muito importante que o que fizemos para trás, vamos tentar fazer neste período curto de tempo e utilizar na realidade esta verba toda sem pensar propriamente noutros objetivos. Recuando um bocadinho que há bocado, não tive tempo também deixar aqui uma satisfação sobre os relatórios que foram feitos anteriormente. Todos nós os fizemos, tenho noção disso, de mim e dos meus colegas, mas deixar aqui um fator importante que a Junta de Freguesia de São Salvador também deixou 2 obras, se assim possamos dizer penduradas a aguardar pareceres técnicos que atrasaram um pouco o procedimento. Logo, essas mesmas obras que estão agora a ser, já foram adjudicadas, serão realizadas, não esquecendo que aliado a esse valor fizemos um investimento também muito maior e muito mais além do que era pretendido, como nos anos anteriores. E deixar aqui uma salvaguarda e uma palavra muito importante é este ano que passou, que vai direto aos funcionários da Junta de Freguesia de São Salvador que foram incansáveis em todas as obras que fizemos, sem termos que recorrer a qualquer ajuste direto. E acho que isso é de louvar e estão todos de parabéns e espero que, tal como eu sei que não acontece em todas as juntas muitas das vezes, ainda temos os votos contra e abstenções. Mas nós gostávamos mesmo e está ali o Luís também, e os nossos colegas, nós gostávamos mesmo que isto fosse aprovado sempre por maioria ou por unanimidade, que é o que nos interessa. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Deputado Sérgio Louro por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«É só para fazer também mais uma nota adicional às notas que os colegas já fizeram, portanto. Já em anos anteriores, fiz críticas construtivas ao executivo que deviam de atribuir verbas maiores. Mais vale tarde do que nunca e pronto desta vez vejo os presidentes de Junta

de Freguesia que intervirem, satisfeitos e, portanto, fico contente que assim seja e aproveito para fazer um reconhecimento de bom trabalho que o executivo fez neste capítulo. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«E agora o deputado Luís Leitão. Prescinde? Muito bem. Sr. Presidente, tenha a palavra.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Dou a palavra ao Sr. Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Bem, queria só dar uma nota sobre as datas da discussão destes mesmos contratos e de estarmos hoje a deliberá-los nesta Assembleia Municipal. De facto, foi um trabalho que foi feito ao longo do mandato de se tentar ou trabalharmos juntos para conseguirmos que uma forma mais célere conseguíssemos fechar estes contratos e desta forma, temos como consequência a antecipação de verbas para as Juntas de Freguesia. Até há 2 anos estes contratos vinham à segunda reunião ordinária da Assembleia Municipal, portanto, eram deliberados apenas em abril e acabavam por ser assinados só em abril ou mesmo em maio, o que dificultava muito a situação operacional e mesmo financeira das juntas de freguesia. Uma vez mais, conseguimos antecipar e acho que isso é que nos tem que deixar todos muito satisfeitos e o esforço foi feito por cada uma das juntas, nomeadamente pelas assembleias de freguesia que tiveram que realizar. Este ano, não vamos conseguir fazer mais cedo do que em 2024, porque em 2024 conseguimos ser todos mais eficazes e no dia 27 de Fevereiro foram assinados, foram as cerimónias de assinatura dos contratos interadministrativos. Trabalharemos agora nos próximos dias para que o mais breve possível assinemos estes contratos, caso hoje a deliberação seja de aprovação e possamos transferir então essas verbas. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Vereador. Eu acho que uma vez que uma vez que a transmissão tem o sucesso que tem, acho que era importante também nós termos também, com justiça para quem nos ouve lá em casa, aquilo que está aqui em causa e que poderia ter sido momento de discussão, mas não o foi e, portanto, validando não só aquilo que o Sr. Vereador disse, como os Srs. Presidentes de Junta e não percebendo também algumas das votações que aconteceram, mas o Sr. deputado Luís Leitão fê-lo e muito bem. Estamos aqui a falar na Junta de Freguesia de São Salvador, da aquisição de um novo painel informativo digital para o cemitério de Ílhavo, uma reformulação desse mesmo cemitério também, uma estrutura de apoio e esplanada para o Parque da Murteira e depois toda aquela criação também que os Srs. Presidentes da Junta vão fazendo desenvolvimento diário da sua atividade, onde colaboramos na manutenção dos parques de lazer, na manutenção dos caminhos e nivelamento e reposições de pisos nas recuperações dos percursos pedestres a quem eu dou os parabéns e darei também aos outros Presidentes da Junta que ligará a nossa Barquinha à Vista Alegre por um circuito alternativo mais próximo da Ria e, portanto, que interessa valorizar, umas novas instalações, também sanitárias de apoio ao Recinto da Feira, depois de termos apoiado o anterior investimento e também aquilo que são as valas hidráulicas tão importantes nos temas hídricos também e a manutenção dessas valas hidráulicas que cabe também à Junta de Freguesia esse trabalho, juntamente com o apoio que nós estamos a dar e depois no mercado, nos armazéns e no edifício de sede da Junta, também, aqui um investimento também relativamente grande por parte da Câmara Municipal, que chega aos 34.000 € e a construção de passeios e a manutenção e aplicação de árvores isto relativamente e depois uma parte importante que também embrulhámos aqui o ano passado, que é aquilo que também temos vindo a fazer já alguns anos e a Câmara sentiu isso... Eu peço desculpa, Sr. Presidente, não estou a falar sobre relatórios, estou a falar sobre o ponto. Portanto, relativamente a isso, portanto, aquilo que nós estamos a votar é um apoio de 134.200 € num total de 161.000 € que podem exceder na Junta até o volume também de financiamento para as suas obras. Relativamente à Gafanha da Encarnação, olhamos aqui para também, da Gafanha da Nazaré, peço desculpa para a sua sede, como o Sr. Presidente da Junta da Gafanha do Carmo também referiu, onde a instalação de um elevador para acesso às instalações sanitárias para o cumprimento das acessibilidades tem um apoio significativo da Câmara, são 40.000 € que são entregues à Junta de Freguesia com este objetivo muito preciso. Substituição de pisos nos gabinetes de trabalho também dessa mesma Junta, a requalificação dos Paços do armazém dessa mesma Junta também, a manutenção de caminhos que cabe à Junta de Freguesia ou a construção de passeios, limpeza,

manutenção e extensão das águas pluviais. E mais uma vez, aquilo que me tem agradado muito, o trabalho que têm feito naquele que é enquadramento dos ecopontos no espaço público municipal e que tem sido feito todas as Juntas. O que faz aqui um financiamento de 118.000 € em que a Junta de Freguesia poderá ter aqui mais de 8.500 €, mas é o previsto num investimento total de 126.500 €. Quanto à Gafanha da Encarnação, também ficámos contentes com a preocupação, aquilo que estamos a votar aqui é também um apoio para o mesmo edifício da Junta, também de Freguesia. A substituição das caixilharias, de apainelados interiores, a instalação de isolamento térmico e coberturas e fachadas, onde temos aqui um apoio de 21.000 €, onde a junta também coloca 4.000 € e intervenções no cemitério com aquilo que é a iluminação exterior, o aumento da calçada existente na nova área, a construção de campas, pinturas e mituras. E, depois a aquisição em instalações de portões para o armazém da Junta de Freguesia, portanto, num total também aqui de 56.800€, o nosso apoio fará com a Junta de Freguesia 67.000 €. E como o Sr. Presidente da Junta do Carmo, porque ele referiu isso e, portanto, recordou-me também que deveria falar sobre isto. Portanto, também na Gafanha do Carmo e muito bem, aquilo que é a recuperação do edifício sede da Junta de Freguesia e a sua reabilitação, com um apoio direto da Câmara de 17.000 €, o salão e o palco mais 5.500 € e depois também a manutenção e a extensão das águas pluviais, aproveitando um bocadinho o trabalho que vai sendo feito e já foi também imagem de outros contratos Interadministrativos que foram feitos com esta mesma Junta que perfaz um valor de 28.500 € transitado para a Junta do Carmo e com um investimento da Junta do Carmo de 4350 € preferá 32.850 €. Portanto eu penso que é um voto de confiança de todos nós neste trabalho dos Srs Presidentes da Junta, da nossa parte, tentámos como o Sr. Vice-Presidente disse, desde 2022 que aumentamos aqui o apoio às Juntas de Freguesia, num valor aproximado de 19,55% o que transitou 550.000 € em 2022 para 657.500 €. E sabendo nós também que o orçamento municipal até poderia prever, uma vez que, à exceção daquilo que se passou o ano passado com a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, já tivemos também uma expressão de outros presidentes das Juntas se poderíamos considerar também uma generosidade para essas. Portanto, estamos abertos também ao diálogo e à conversação nos poucos meses ou nos muitos meses que nos restarem de governação. Muito obrigado a todos, Sr. Presidente é tudo sobre este ponto. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado, Sr. Presidente. Sim, sim força tem que ser ali.»

INTERPELAÇÃO À MESA

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Eu lamento ter que vir aqui, mas agora é mesmo política. Desculpem lá. Eu acho que aquilo que aconteceu agora foi uma desonestidade intelectual e fomos destratados e desrespeitados. E digo isto e passo a explicar. Tecnicamente, a Assembleia deveria ter terminado. Aquilo que o Sr. Presidente fez foi brincar connosco e entrar em período de campanha eleitoral e podia o ter feito com toda a legitimidade e respeitava e valorizava as intervenções de todos os que aqui estiveram e daqueles que não quiseram cá vir para o púlpito, fazendo a apresentação dos protocolos ou dos contratos com toda a sua intervenção, legítima, eventualmente até correta que não discuto. O que está em causa, tinha toda a legitimidade depois de nós termos estado a discussão, tem a distinta lata de dizer que vou falar para o Facebook e trata de fazer a apresentação de tudo aquilo que quis e como entendeu completamente desajustado do período. O Sérgio está legitimado agora para vir falar sobre o Carnaval, as crianças e aquilo que queria, porque estava completamente alinhado com a oportunidade e o sentido do Sr. Presidente, da intervenção do Sr. Presidente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado, sim, força, outra interpelação à mesa.»

INTERPELAÇÃO À MESA

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer':

«Quem não se sente não é filho de boa gente, Sr. Presidente. Que o PS, o PSD, o Unir Para Fazer e o Chega façam a gestão dos seus tempos conforme lhe aprovar é a norma desta casa. Agora que haja um grupo municipal que queira impor as suas regras e o seu lápis azul ao Presidente da Câmara é novo, é novo. Acho ...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Tenham lá calma...»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Sr. Presidente, espero também que seja tão rigoroso e tão vigoroso com a utilização das palavras que ouvimos do deputado, do camarada Luís Leitão...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vá com calma.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’:

«Do deputado Luís Leitão, que seja tão vigoroso como foi no passado com outras expressões menos felizes. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem. Muito obrigado. Com certeza, uma interpelação à mesa.»

INTERPELAÇÃO À MESA

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta interpelação à Mesa deve-se unicamente ao facto de estarmos em anúncio de eleições e apelar aos partidos e ao movimento ou movimentos que surjam que no ato eleitoral de facto, aconteça a paridade, aconteça a igualdade, que isso aconteça no Dia Internacional da Mulher, que de facto isto aconteça e quero agradecer naturalmente... está ali tudo muito agitado, está ali tudo muito agitado, Sr. Presidente, está ali tudo muito agitado, não podia deixar de celebrar este dia, que foi celebrado na Assembleia da República por todas as bancadas e termino, agradeço todo o respeito que seja feito, sem risadas, sem piada, porque houve mulheres que lutaram por este direito, por ter direito a ter direitos iguais no trabalho. E estas questões quando são faladas na Assembleia da República, com todo o direito, o faço como deputada municipal. Festejo este dia todos os dias. Não é só hoje. Eu agradecia Pedro, eu peço desculpa...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Ó, Margarida, Margarida, Margarida qual é a interpolação que quer fazer à mesa?»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Assim, Sr. Presidente, a interpelação que eu faço à Mesa é que este dia, este dia deveria ser também celebrado por todos nós e não com estas abordagens dos deputados. Muito obrigada porque as campanhas eleitorais podem valer que valem, mas este dia vale muito mais.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Muito bem. Concluídas todas as intervenções, interpelações. Coloco, coloco... Faça favor.»

INTERPELAÇÃO À MESA

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«A minha interpelação é na perspetiva da melhoria contínua e de que o Sr. Presidente faça uma reflexão do que tem acontecido durante esta sessão porque com toda a certeza, há aqui oportunidades de melhoria por parte do seu desempenho. Eu se estivesse no seu lugar, com certeza também não teria as melhores decisões, sempre e isso faz de nós humanos, mas era isto que eu queria acrescentar. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos falar sobre kaizen porque kaizen é, eu vivo em kaizen há 30 anos. Muito bem. Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 7 da ordem do dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto foi aprovado por unanimidade. 23 votos. Unanimidade. Muito bem.»

«Antes de encerrarmos a sessão, vou pedir ao nosso primeiro Secretário que proceda à leitura da ata em minuta.»

Ata em Minuta

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, uma palavra rápida antes de terminarmos, A Mesa e acho que posso também falar em nome de toda a Assembleia Municipal envia uma palavra sentida ao nosso deputado enquanto também representante do executivo da Junta de Freguesia da Gafanha de Nazaré nesta Assembleia Municipal, o nosso deputado José Arvins, pela perda da sua esposa, associando-se desta forma à família neste momento de dor e acredito mesmo de consternação.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filomena Ferreira, técnica municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Redatora

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Filomena Ferreira)